



Três ensaios acerca do periodismo gaúcho

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

118



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Três ensaios acerca do periodismo gaúcho



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE

- 118 -



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Três ensaios acerca do periodismo gaúcho



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**

2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Três ensaios acerca do periodismo gaúcho
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 118
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2026

ISBN – 978-65-5306-074-6

CAPA: A imprensa amamenta o povo com a verdade – MARUÍ. Rio Grande, 9 jan. 1880.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

A imprensa sul-rio-grandense na época imperial / 11

**República-mulher: a nova forma de governo sob o
olhar da imprensa caricata da zona sul gaúcha / 57**

**Republicanismo, adesismo, oposicionismo (ou
sebastianismo?) à época da formação da República:
um breve estudo de caso na imprensa rio-grandense-
do-sul / 81**

A imprensa sul-rio-grandense na época imperial

Fazendo parte do desenvolvimento de grande parte das sociedades contemporâneas, a imprensa ganhou de forma crescente o status de “fonte histórica”, posição nos últimos anos já completamente consolidada. Pouco a pouco foram vencidos os preconceitos contra os jornais como alvos da investigação histórica, em nome de um caráter supostamente tendencioso que esse tipo de fonte teria. Passou-se a observar que estas tendências do jornalismo – característica também presente na maior parte dos documentos – poderiam ser detectadas pelo historiador, o qual teria condições de filtrar as informações prestadas pelos jornais, ou ainda, de transformar esse caráter opinativo (ou tendencioso) em objeto de análise. No que tange especificamente a uma história da imprensa, ainda há muito trabalho historiográfico a ser empreendido e, no caso sul-rio-grandense, este ensaio pretende constituir uma singela contribuição.

Ao longo do século XIX, a imprensa escrita constituiu o mais significativo meio de comunicação no seio das sociedades em que se fez presente. Servindo aos mais diferentes propósitos, fosse na divulgação de informações, na difusão da leitura e da cultura, ou ainda na propagação dos mais diversos ideais, o jornalismo desse tempo atuou com tenacidade na formação de

hábitos, pensamentos, costumes e opiniões, em uma escala que, se não global, ao menos atingiu grande parte das comunidades de então. No Brasil e no Rio Grande do Sul daquela centúria, a imprensa exerceu fundamental papel nas várias etapas da formação político-administrativa e institucional do país, consistindo-se em veículo informativo de grande eficácia e contribuindo decisivamente para divulgar e fomentar as mais variadas ideias que circularam junto à consciência pública durante aquelas diversas fases.

Proibida à época colonial, a imprensa brasileira só viria a ter a sua gênese durante o Período Joanino quando, liberando as práticas tipográficas na Colônia, coube ao próprio governo metropolitano sediado no Brasil a iniciativa da criação da Imprensa Régia, sendo aí editada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a partir de setembro de 1808. Ao lado dessa atitude oficial, ocorreram outras de iniciativa privada, algumas das quais contrárias ao Governo Colonial, como o *Correio Brasiliense*, considerado como o primeiro jornal brasileiro, embora fosse publicado em Londres desde junho de 1808 e que circulou clandestinamente no Brasil, difundindo um ideário liberal. A partir de então, a imprensa desenvolveu-se acompanhando e servindo à fermentação do debate acerca do rompimento ou não dos laços coloniais, opondo-se, entre si, os “folhetos políticos brasileiros e antibrasileiros” (Rodrigues. 1975. p. 156-167), de modo que os jornais “oscilavam entre o oficialismo deslavado e o oposicionismo reformista, com maior ou menor contundência, dependendo das oscilações da conjuntura política” (Priolli. 1989. p. 7).

A agitação política característica do processo da emancipação política brasileira teve a imprensa como

significativo veículo de difusão dos divergentes ideais de então, publicando-se jornais cujos temas preferenciais eram as discussões a respeito das relações metrópole – colônia. Com a independência e os conflitos políticos que a partir dela se desencadearam, ocorreu um “surto de jornalismo no Brasil”, com um “extraordinário poder de expansão”. Consistiu em um período “forçosamente crítico e demolidor”, no qual passou “para o primeiro plano a literatura efêmera, mas eficaz, do jornalismo político” (Azevedo. 1964. p. 328). Desse modo, “o ano da independência assinalou o aparecimento de numerosos periódicos, na Corte e nas províncias, caracterizando a tensão política vigente e assinalando tendências”. As atividades jornalísticas espalharam-se então através de diversas províncias como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, pioneiras no jornalismo brasileiro, além de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, sendo que, nestas duas últimas a inauguração da imprensa deu-se igualmente no ano de 1827 (Sodré. 1966. p. 74 e 100-101).

Nesse quadro marcado por diversos focos revolucionários, a imprensa empreendia uma “mobilização consciente” em torno da “propaganda” (Briggs & Burke. 2004. p. 107), ocorrendo nesse ambiente a gênese do jornalismo no Rio Grande do Sul, quando o papel da imprensa era significativo, “havendo jornais panfletários e radicais circulando em todo o país”, diante do que “o governo respondia subvencionando algumas destas folhas ou mesmo publicando os chamados jornais áulicos”. O *Diário de Porto Alegre* foi um desses, passando a ser publicado em 1827, sob o patrocínio do Presidente Provincial. Essa folha “constituía no máximo um boletim oficial, que servia basicamente à publicidade governamental e à publicação dos atos da

administração”. Ficava, no entanto, “aberto o caminho para o surgimento de novos periódicos, que não tardaram a se criar”, pois, “o curso da situação política estava se agravando e logo havia várias tipografias funcionando” em diferentes localidades gaúchas. Além disso, “as necessidades da vida econômica criavam condições para essa expansão, na medida em que não só o comércio precisava de notícias sobre os mercados, o câmbio e a legislação”, como “os editores pretendiam colocar à disposição um novo meio de comunicação”. Entretanto, “a mola propulsora do desenvolvimento da imprensa foi o processo político em curso, o estágio da vida econômica forneceu-lhe apenas a precondição” (Rüdiger. 1993. p. 13-14; sobre os primeiros jornais gaúchos, ver: Porto. 1937. p. 216-236).

A ação política da imprensa viria a ser uma das razões que levariam à abdicação do primeiro Imperador Brasileiro, em 1831, fato que chegaria a ser denominado de “Revolução de 7 de Abril” por parte de alguns dos escritores públicos de então (ver: Contier. 1979. p. 13; e Vianna. 1945). A partir do Período Regencial e suas típicas disputas políticas e agitação revolucionária, o jornalismo passou por novo impulso, constituindo um “dos grandes momentos da história da imprensa brasileira, quando desempenhou papel de extraordinário relevo e influiu profundamente nos acontecimentos”. Nessa época, a imprensa se desenvolveu “em estreita ligação com a atividade política”, aparecendo antes e crescendo “mais depressa nos centros em que aquela atividade foi mais intensa”; e progredindo mais lentamente “nas províncias que se mantiveram politicamente atrasadas”. Desse modo, “o desenvolvimento da imprensa não ocorreu apenas na

Corte e em função das lutas políticas nela travadas”, estendendo-se a todo o país, particularmente nas províncias em que as lutas políticas alcançaram nível mais alto” e “o setor mais importante da imprensa da época viria a ser, com as rebeliões, o que estava ligado, nas províncias, aos movimentos que nelas surgiram”. Assim, guardando características regionais peculiares, o jornalismo expandiu-se em diversas províncias, como Rio Grande do Sul, Pará, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco (Sodré. 1966. p. 122, 139, 148, 150 e 151-161).

Tal crescimento das atividades jornalísticas durante as Regências, no Rio Grande do Sul, esteve ligado, de modo intrínseco, ao processo de fermentação, preparação e eclosão da Revolução Farroupilha. Mesmo antes da guerra civil, os jornais “viviam um período pré-revolucionário”, quando muitos “já tinham sua posição definida, de um ou de outro lado, argumentando, combatendo, posicionando-se, enfim” (Macedo.1994. p. 26), de maneira que, a imprensa “caracterizou-se como um eficiente instrumento aos interesses das correntes político-partidárias” (Dillenburg. 1987. p. 7.). Nesse contexto, “o conceito que guiava esses jornais era tão-somente político”, uma vez que “os textos tinham forte cunho doutrinário, consistindo em matérias opinativas sobre questões políticas, comentários ideológicos e polêmicas com os adversários de publicidade” (Rüdiger, 1993. p. 15). Prevalencia, assim, “um jornalismo de caráter partidário” e “de orientação ideológica”, com o predomínio de um “sentido político, senão único, de qualquer forma o mais nitidamente demarcado, no Brasil daquela época” (Reverbel. 1957. p. 116. e Reverbel. 1956. p. 252.). As publicações periódicas serviam então às duas

causas em conflito, pois tanto farroupilhas quanto legalistas organizaram uma série de periódicos através dos quais defendiam suas ideias e atacavam-se mutuamente, de forma que, muitas vezes, “a criação de um determinado jornal se devia basicamente à necessidade de resposta de um grupo em relação ao seu opositor, em um processo de ação e reação que multiplicou o número de folhas através da Província” (Alves. 1996. p. 153.).

Essa motivação político-partidária foi fundamental para o desenvolvimento da imprensa dessa época de modo que foram produzidos jornais de razoável feitura gráfica para os padrões de então, apesar das amplas dificuldades de natureza financeira, humana e tecnológica enfrentadas pelos responsáveis pelas folhas. Os escritores públicos responsabilizavam-se por praticamente todas as tarefas ligadas à elaboração dos periódicos, já que redigiam “a notícia, selecionavam a transcrição, revisavam as provas, gerenciavam a tesouraria e a distribuição da folha e, em alguns casos, faziam mesmo, as vezes do tipógrafo”, no intento de “manter acesa a flama jornalística” que acompanhava as disputas políticas. Além disso, muitas vezes, não havia “sequer uma remuneração mínima a seus serviços”, bem como atuavam “sem a necessária renovação ou modernização do material tipográfico” (Barreto, 1986. p. 15).

Após a pacificação da Província e a volta à estabilidade política na conjuntura nacional, refletindo uma condição que marcou as atividades jornalísticas brasileiras como um todo, também no Rio Grande do Sul a imprensa passou por um período de arrefecimento dos debates políticos. Dessa forma, “o jornalismo conhecia

então uma quadra de acalmia”, pois a “imprensa abdicara de si o papel agitador, que monopolizava”, em um contexto em que somente a “aproximação dos pleitos eleitorais” a tirava “do marasmo comum”, quando “preparava-se cuidadosamente a perversão das inteligências, consumava-se a corrupção dos corações, no intuito de tornar ardentes, e até mesmo furiosos, os quadrilheiros eleitorais” (Lima Sobrinho. 1923. p. 118-120). Dessa maneira, os “grandes jornais do país não se deixavam arrastar tanto por essas tendências”, pois “cometiam os seus pecados de violência nos atritos das polêmicas, mas procuravam manter uma atitude pelo menos educada”. Esse comportamento “não acontecia apenas na Corte, mas também nas províncias, desde que cessara a turbulência política da fase anterior e, por toda a parte, começava a dominar a madorna imperial”, de modo que “o jornalismo político declinava” e “poucos foram os jornais que sustentaram a luta nesse terreno” (Sodré. 1966. p. 211-212). Nesse sentido, no Rio Grande do Sul, ocorreu uma “relativa estagnação da atividade periodística, após a Guerra Civil de 1835” (Rüdiger, 1993. p. 16), e, como “a exaustão dominava todas as camadas sociais, mercê da luta que por mais de um lustro estava sendo mantida”, a “nova época” da imprensa “iniciar-se-ia em um ambiente político mais sereno”, e, somente “as rivalidades jornalísticas e as questões pessoais torná-la-iam mais agitada” (Barreto. 1935. p. 4.).

A partir de então, houve um significativo progresso na imprensa rio-grandense, desenvolvendo-se veículos que “tinham perdido o caráter de aventura individual e evoluíam para a condição de empresas”, ainda que de pequena monta, “com maior número de

redatores, separação das funções de redação e de gerência, e uma constante preocupação com a receita publicitária”, juntamente a uma série de melhorias de natureza tipográfica (Franco. 1995. p. 35-6). Era uma época de transições nas atividades jornalísticas, surgindo “alterações específicas e técnicas, preparando a imprensa dos fins do século”, através da “possibilidade do jornal diário”, das “inovações na técnica de impressão” e das “alterações no sistema de distribuição”, de modo a estar “aparelhada para enfrentar nova etapa de expansão” (Sodré. 1966. p. 206).

O jornalismo gaúcho, nas duas décadas e meia que se seguiram à Revolução Farroupilha, se caracterizou assim por um crescimento quase que contínuo, prejudicado apenas pelos conflitos bélicos nos quais o Brasil se envolveu, com ênfase à Guerra do Paraguai. Além do praticamente constante aumento no número de folhas a circular nos mais longínquos recantos da Província, se daria também uma diversificação das atividades jornalísticas bem como uma especialização de determinados periódicos, em um processo que se consolidaria nos dois últimos decênios do Império. Nesse quadro de ampliação dos gêneros jornalísticos, a imprensa rio-grandense do século XIX desenvolveu-se em duas linhas fundamentais, quer seja, o jornalismo diário e a pequena imprensa. O primeiro caso compreendia os periódicos “mais poderosos” (ou pelo menos mais perenes e estáveis) aos quais coube “o uso das linguagens ‘sérias’, unívocas, os discursos consistentes e monolíticos”, enquanto às pequenas folhas restaram “as equivocidades de todo o gênero, a piada, o trocadilho, o humor, a poesia, os discursos ambíguos e até paradoxais” (Epstein. 1993. p. 125). Desse modo, as

longevas publicações diárias, com diferenças entre si, e os jornais pouco perenes e de circulação irregular entabularam suas construções discursivas de acordo com seus respectivos interesses editoriais e financeiros e condicionados por elementos externos às edições, mormente os ligados às condições históricas de maior ou menor cerceamento à liberdade de imprensa.

Diante disso, os jornais diários estiveram ligados ao primeiro grupo, geralmente buscando a construção de discursos sérios e unívocos. Nesse caso, as disputas políticas manifestaram-se através dos jornais, porém, às vezes de forma mais velada e implícita, e, quando mais abertas, foram limitadas no cronológico, respondendo a uma dada circunstância política momentânea, ou ainda foram típicas de determinadas fases pelas quais cada periódico viesse a passar. Ocorria, assim, uma tendência destas folhas a buscarem um certo equilíbrio entre as suas manifestações de cunho partidário e os seus interesses comerciais e de sustentação financeira, tendo em vista a necessidade da manutenção da venda das assinaturas e da publicação de material publicitário. Desse modo, além do controle legal, as folhas diárias chegavam, muitas vezes, a impor a si mesmas verdadeira autocensura, com base na disciplina, a qual não deixa de ser “um princípio de controle da produção do discurso”, que “lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (Foucault. 1996. p. 36), de acordo com as contingências históricas reinantes.

Dessa maneira, mesmo que a maior parte desses jornais tivesse uma filiação ou simpatia partidária, havia “o problema fundamental de assegurar uma venda estável” e da “possibilidade de construir um plano

comercial". Mesmo que as motivações político-ideológicas se constituíssem em elemento de significativa importância, elas não podem ser consideradas de modo isolado, pois "só em condições excepcionais, em determinados períodos de *boom* da opinião pública", poderia ocorrer "que uma opinião tivesse sorte independente da forma exterior na qual fosse apresentada", uma vez que "o modo de apresentação tinha grande importância para a estabilidade do negócio" (Gramsci. 1995. p.179). Assim, os pronunciamentos políticos de tais jornais tornavam-se mais intensos e abertos em períodos determinados e cronologicamente bem definidos, marcadamente nos momentos de maior atividade partidária, caso das inversões governamentais e dos períodos eleitorais, já que o voto consistia-se no "ato conclusivo de uma disputa contínua, feita publicamente, entre argumentos e contra-argumentos" (Habermas. 1984. p. 248.).

Já a pequena imprensa, de modo geral, caracterizou-se pelos discursos ambíguos e paradoxais. Mesmo que em detrimento da manutenção de suas bases comerciais, os pequenos jornais estiveram na maioria dos casos ligados às várias formas de contestação, lançando mão de pronunciamentos marcados pelo debate, pela polêmica, pelo humor, pela sátira, e, fundamentalmente, pela crítica. Assim, "opinativa por excelência, essa imprensa interpretava os fatos, criando uma nova noção de factualidade, tirava conclusões e fazia julgamentos, com o objetivo de provocar ação por parte daqueles aos quais se dirigia" (Cardoso & Araujo. 1990. p. 1083.). Não chegando a ter uma "disciplina interna" como orientação básica de suas páginas, esses jornais sentiam diretamente a censura externa advinda

das autoridades públicas sobre a emissão de seu discurso, na busca “de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que o pronunciavam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tivesse acesso a eles” (Foucault, 1996. p. 36-37). O espírito crítico e, muitas vezes, combativo que norteou estas folhas acabaria por significar um dos fatores essenciais para que as mesmas não conseguissem elaborar uma estrutura mínima que lhes garantisse melhores condições de sobrevivência. Redundava daí que tais periódicos caracterizaram-se geralmente por circulações irregulares e períodos de vida curtos, notadamente quando comparados aos perenes jornais diários. Essa precária estrutura econômica advinha do custo de sustentar um norte editorial alternativo ao que tradicionalmente apresentava a imprensa diária. Apesar das dificuldades de sustentação financeira, a pequena imprensa marcou sua época, através de uma construção discursiva e de linhas editoriais normalmente pré-dispostas a posicionar-se abertamente quanto aos mais variados assuntos.

Dentre os vários gêneros jornalísticos que circularam no Rio Grande do Sul à época imperial estiveram inúmeras folhas de pequeno formato, circulação bastante irregular, duração efêmera e utilizando-se, muitas vezes, de um palavreado chulo e virulento. Eram os pasquins, que surgiam devido a uma “falta de ligação orgânica das forças políticas com os jornais”, favorecendo “a falta de responsabilidade com os conceitos externados e uma série de excessos de linguagem” (Rüdiger. 1993. p. 20) e refletindo “em sua tormentosa fisionomia, o atraso, as agruras, as paixões

de uma fase histórica” (Sodré, 1966. p. 192-193). Os pasquins demonstravam a constância das disputas políticas mas, em suas páginas, modificava-se a forma de tratamento das mesmas, pois, ao invés das discussões de natureza político-partidária, passaram a predominar as querelas pessoais, em uma predileção, por parte dos jornais, em abordar, especular e/ou divulgar componentes da vida privada de prováveis adversários ao lado ou, às vezes, em detrimento de aspectos da atuação pública. Desse modo, o pasquim era muitas vezes “o recurso desesperado a que se agarravam os políticos de baixa extração, impotentes para vencerem à luz meridiana, e malfeitores que, temerosos de uma luta com superiores na escala social, ou inimigos, solapavam-lhes a honra e a boa fama, na desventura de os não poderem vencer pela luta leal” havendo “também os que ‘pasquinavam’ por dinheiro ou por vingança” (Gonzaga. 1944. p. 216.).

Desencadeou-se então um processo marcado por uma relação diretamente proporcional entre o acirramento das polêmicas e o surgimento de novos pasquins, na maioria dos casos, “sem nenhuma base comercial” e “característicos por uma linguagem absolutamente destemperada” (Priolli. 1989. p. 12)., manifestando-se através “de um idioma supramente rico em expressões contundentes” e com palavras que representavam “um convite à incontinência de linguagem” (Magalhães Jr. 1957. p. 3). Nestas folhas ocorria então o predomínio da “virulência pessoal, detalhada e particularíssima” (Sodré, 1966. p. 265). além de um personalismo como “traço mais destacado, característica que não expressa senão a falta de estruturação do campo político à época”. Os pasquins

“não escaparam às articulações com os processos sociais então verificados na Província”, pois, “pressupondo ideias, ainda que genéricas, sobre o político-social, a pasquinagem foi sua produção de sentido como disputa privada”, assim como “possui uma especificidade enquanto modalidade discursiva da imprensa”. Estas publicações, por outro lado, corresponderam “na produção social de sentido da época à desfiguração pejorativa de um tipo de imprensa contestatória do sistema político-moral estabelecido” (Rüdiger, 1985. p. 135).



- Figura 1 -

O *Figaro* (Porto Alegre, 26/jan./1879) descrevia a pasquinagem: “A imprensa muitas vezes desce a enxovalhar-se na vida privada provocando cenas como há dias presenciamos. Culpado é o público a quem agrada o escândalo, que falta ao respeito a si próprio, rindo hoje de ser caluniada a família do vizinho, quando amanhã pode suceder o mesmo à sua mãe ou à sua irmã. Culpado é também o sr. Promotor Público, o qual fecha os olhos aos termos obscenos publicados nesses pasquins, perseguidos sempre em todos os países civilizados.

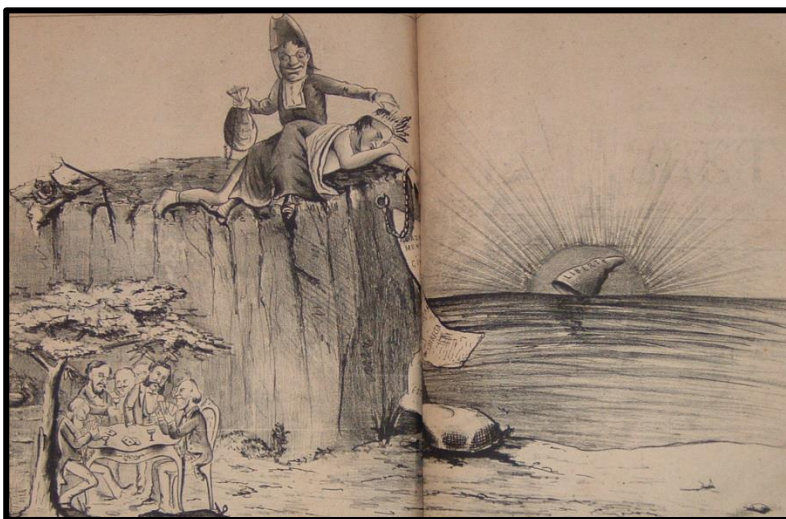
A imprensa literária foi outro dos gêneros jornalísticos que se desenvolveu no Rio Grande do Sul do século XIX. Eram jornais que se destinavam de forma total ou praticamente integral ao desenvolvimento da arte literária. O progresso da literatura gaúcha da época esteve “intimamente vinculado ao aparecimento da imprensa” uma vez que “o grande número de periódicos

literários, notadamente a partir da segunda metade do século, teve efetiva influência na produção literária” da Província “e na sua conseqüente divulgação”. Nesse sentido, “os primeiros autores rio-grandenses recorriam aos órgãos de imprensa devido às grandes dificuldades que encontravam para a publicação e difusão de suas obras” (Baumgarten & Silveira. 1980. p. 12). Nesse quadro, “uma imprensa literária, inspirada e atuante” animou “a vida intelectual da Província”, constituindo uma atividade de tal porte e conteúdo” que infundiu “vigor e sentido singular no processo” de formação gaúcha e, “a despeito de acidentes de variada origem, teve seu desdobramento impulsionado e assegurado por força de uma ação continuada e construtiva” que lhe conferiu “realce e importância” (Ferreira. 1975. p. 13).

Um dos gêneros jornalísticos que maior popularidade atingiu ao longo da segunda metade do século XIX foi o da imprensa caricata. Através de suas mensagens visuais carregadas de sarcasmo e de teor marcadamente irônico e de seus textos de caráter opinativo e crítico, os jornais caricatos refletiram o *modus vivendi* da sociedade e as transformações pelas quais ela passava no transcorrer desse período. A incorporação da imagem ao jornalismo consistiu em um considerável fator de popularização dos jornais caricatos, podendo atingir até as populações pouco letradas e mesmo os analfabetos (cf. Melo. 1985. p. 120-121). Além disso, rápidos traços sobre o papel, muitas vezes, contribuíam para expressar uma opinião de forma mais objetiva do que através de um longo texto (cf. Bahia. 1960. p. 39 e Fleiuss. 1917. p. 609).

Através de imagens pejadas de ironia e simbolismo, associadas e/ou complementadas por

escritos da mesma natureza, as publicações caricatas tiveram na prática de um humor direto e incisivo – típico da formação histórica luso-brasileira (cf. Ferreira. 1944. p. 18) – um dos elementos essenciais que marcou o seu norte editorial. Dessa forma, foi em tal imprensa “que o desenho de humor envolveu mais o seu consumidor e forjou seus horizontes históricos”, uma vez que “os meios impressos adquiriam para a caricatura um conteúdo próprio, natural e obviamente original” (Bahia. 1990. v. 1. p. 129). Assim, repetindo-se um fenômeno brasileiro, nas principais cidades da Província do Rio Grande do Sul apareceu uma série de jornais caricatos que, por meio do humor, da ironia e da crítica, conferiram “um colorido mais vivo e um ritmo mais alegre” (Ferreira. 1962. p. 13) à conjuntura da imprensa rio-grandense-do-sul de então. A imprensa caricata tinha seus alvos preferenciais e, ao lado da crítica social e de costumes, os hebdomadários caricatos esmeravam-se na crítica de natureza política e às próprias atividades jornalísticas.



- Figura 2 -

Na linha da crítica política, *O Diabrete* (Rio Grande, 27/jul./1879) apresentava o país à beira do abismo, sendo assaltado pelo clero, enquanto os políticos entregavam-se à jogatina e à bebedeira. No alvorecer, o barrete frígio representava os riscos que poderia correr a forma monárquica de governo.



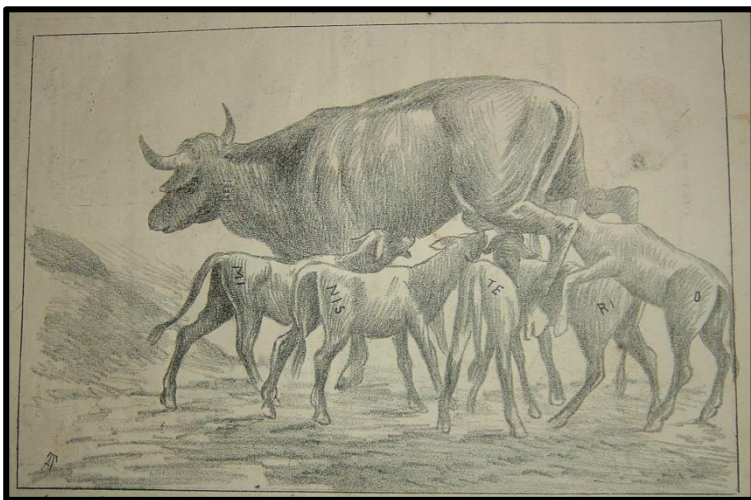
- Figura 3 -

O *Século* (Porto Alegre, 14/out./1883) descrevia a situação político-partidária nacional: “É este o quadro que verdadeiramente representa o nosso país, o país dos *terneiros mamões*. Não há patriotismo, os partidos falam muito na *mãe-pátria*, mas só o que querem dela é a maminha. Liberal e Conservador chupam com vontade, o Republicano, coitado, a pender de magro, só espera o momento de mandar-se dizer na *teta*, em suma, ele, como os outros dois, não passa de *terneiro mamão*, e *terneiro esfaimado*”.



- Figura 4 -

Na concepção do *Bisturi* (Rio Grande, 10/set./1888), a “dama” política “vira e revira” materiais em decomposição, representados por “patotas, mentiras, intrigas, infâmias e calúnias”.



- Figura 5 -

A figura dos bezerros que mamam nas “tetas da nação” foram também retratadas pelo *Bisturi* (Rio Grande, 19/mai./1889), as letras distribuídas entre os bezerros formavam a palavra ministério.



- Figura 6 -

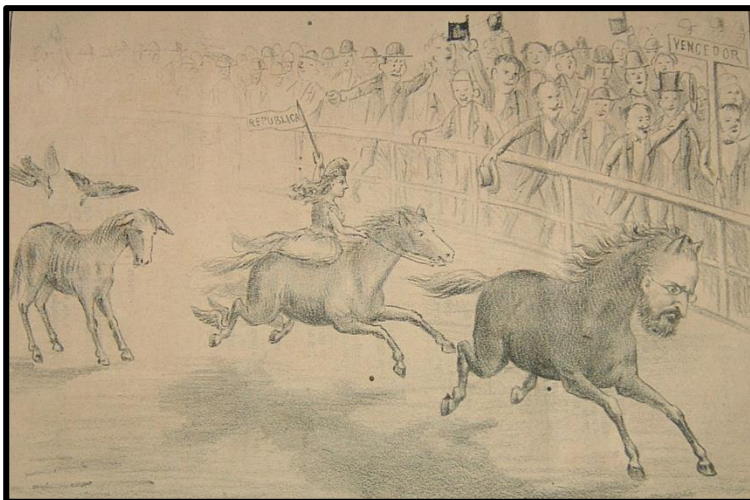
Quanto à crítica social e de costumes, o *Cabrio* (Porto Alegre, 2/mai./1886) desenhava um jornalista que, tal qual Diógenes, lanterna à mão, procurava um homem de bom senso, de espírito e que tivesse um pouco de vergonha.

Nessa conjuntura ocorreu também um renascimento do debate político-partidário através da imprensa, pois, mesmo que não houvesse desaparecido de todo, ele fora significativamente abrandado. O novo avanço do jornalismo político deu-se mormente a partir da inversão partidária de 1868, acompanhando o acirramento das disputas que daí em diante marcaria a vida política brasileira (cf. Lima Sobrinho. 1923. p. 122-123). Os embates partidários passaram cada vez mais a ser traduzidos através das páginas dos jornais, onde, às vezes de modo doutrinário, e, em outras, através de confrontos mais incisivos, enfrentavam-se liberais e conservadores. As reformas institucionais foram profundamente discutidas através das folhas periódicas, consistindo essa em uma fase marcada pelas contestações, pois, “o que mais se fazia era precisamente discutir, por em dúvida, analisar combater a pretensa sacralidade das instituições” (Sodré. 1966. p. 256 e 268). Além dos tradicionais partidos imperiais, a agremiação republicana que se organizava em tal período também utilizou-se largamente dos jornais para difundir seus princípios. Nesse quadro, as folhas “permitiam aos partidos intervirem homogeneamente na esfera pública, sustentar as campanhas eleitorais e criar um espaço comum de discussão dos problemas da sociedade civil” e o seu papel era ainda mais importante nos momentos de eleições, servindo “para superar as dificuldades de comunicação e manter a unidade do partido”, de modo que “a sobrevivência das candidaturas dependia da publicidade sustentada pelos periódicos” (Rüdiger. 1993. p. 33).



- Figura 7 -

No que tange às disputas entre os partidos, *O Século* (Porto Alegre, 12/ago./1883) denunciava os excessos cometidos por liberais e conservadores em seus respectivos jornais, representados por escravas que iam às vias de fato.



- Figura 8 -

A Ventarola (Pelotas, 24/fev./1889) mostrava o “prado político” da época, no qual o “centauro liberal” chegava à frente, secundado pela “amazona republicana” em seu “Pégaso”, ficando para trás o “burro conservador”.



- Figura 9 -

Na mesma linha, o *Bisturi* (Rio Grande, 8/set./1889) apresentava a vitória do “galo liberal” sobre o conservador, enquanto o republicano espreitava à distância.

A causa abolicionista também encontraria significativo eco nas páginas de muitos dos jornais gaúchos e, já ao final da época monárquica, apareceriam vários representantes da pequena imprensa que tinham por fito praticamente exclusivo sustentar a causa da extinção da escravatura. Dessa forma, apesar das restrições de ordem material que normalmente lhes caracterizavam, estas folhas abolicionistas exerceriam relevante função na divulgação dos ideais emancipacionistas. Nesse quadro, o “papel desempenhado pela imprensa na chamada questão servil” foi fundamental, a ponto de que a dinâmica da mesma “passou a depender basicamente do debate pelos jornais”, alguns dos quais chegaram a se colocar “a

serviço ou crítica da causa, mobilizando a sociedade civil”, não chegando a constituir exagero a afirmação de que eles “foram responsáveis em grande parte pela massa de alforrias” (Rüdiger. 1993. p. 28-29) que viriam a se desencadear através da Província.



- Figura 10 -

Em referência às emancipações na Província, *O Século* (Porto Alegre, 5/out./1884) estampava essa alegoria, afirmando: “A liberdade percorre os campos rio-grandenses. Todos os dias o telégrafo anuncia novos triunfos obtidos contra o escravagismo nas diversas localidades da Província. Dentro em poucos meses poderemos com orgulho bradar: – o nosso Rio Grande é livre”.



- Figura 11 -

Alegoria de A Ventarola (Pelotas, 3/jun./1888) em homenagem à Lei Áurea.

A especialização como marca registrada do jornalismo gaúcho das últimas décadas do século XIX, no campo social, traria consigo ainda os germens daquilo que viria a constituir a imprensa dos trabalhadores, refletindo as primitivas formas de organização destes, através de pronunciamentos e propostas diferenciados com relação a maior parte dos jornais de então e agindo na recuperação e análise das informações, servindo como instrumento de conscientização e mobilização (cf. Ferreira, M.N. 1978. p. 105), em um fenômeno que recrudesceria a partir da virada daquela centúria à seguinte (ver: Petersen. 1985). Outros segmentos da sociedade rio-grandense de então também se fariam manifestar por meio das páginas dos jornais, caso dos habitantes oriundos do processo de colonização, mormente portugueses, italianos e alemães, os quais se utilizaram da imprensa para buscar garantir a manutenção de uma identidade cultural, ou ainda para a divulgação de seus intentos organizativos e assistencialistas (Alves, 2000. p. 128-129).

Muitos outros segmentos político-ideológicos e socioeconômicos ainda se fariam representar por meio da imprensa de acordo com o contexto de crescente diversificação e especialização que marcou as décadas caracterizadas pela transição Monarquia – República. A mudança da forma de governo traria profundas mudanças para o jornalismo gaúcho, tendo em vista que os jornalistas, acostumados ao clima de significativa liberdade de expressão, típico do II Reinado, tiveram de se adaptar ao regime de força que caracterizou os primeiros anos republicanos, com forte cerceamento à liberdade de imprensa, através de rigorosa legislação, ferrenha censura, fiscalização policial e constantes

ameaças. Além disso, outras circunstâncias estruturais começavam a dar seus passos iniciais na virada do século XIX ao XX, prenúncios de uma transformação que se consolidaria nessa última centúria, com a concentração das atividades jornalísticas e a afirmação da imprensa dita empresarial.



- Figura 12 -

A chegada da República representada nas páginas de *A Ventarola* (Pelotas, 24/nov./1889).



- Figura 13 -

O *Bisturi* (Rio Grande, 24/nov.1889) anuncia o advento da República: “Sejas bem-vinda, deusa da liberdade, se é que vens inspirada no amor e felicidade da nossa querida pátria”.

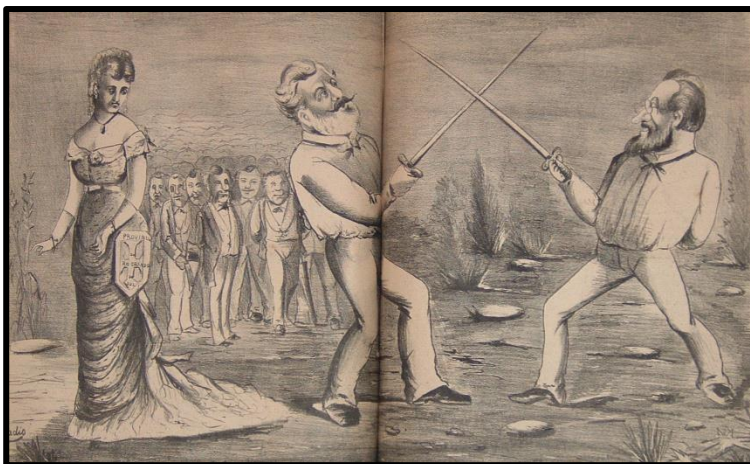
Ao refletir o conjunto das vivências dos sul-rio-grandenses de uma determinada época, a imprensa gaúcha dos tempos imperiais avulta em importância, uma vez que, seja nas maiores cidades, ou ainda, nos rincões mais isolados, cada um dos periódicos que circulou nesse tempo, por meio de um padrão editorial, expressou uma

determinada “formação discursiva”, em um quadro pelo qual, em cada caso se pode “descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão” e, “entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas”, é possível definir-se “uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações)” do discurso. À formação discursiva são pertinentes a forma pela qual “a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita”; o modo pelo qual “o campo da memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto”; e “a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados”; consistindo-se, enfim, em um “feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual” (Foucault. 1995. p. 43 e 66). Através destas construções discursivas, expressas em palavras e desenhos, a Província do Rio Grande foi descrita, analisada e metabolizada por meio de seus jornais.



- Figura 14 -

A Província do Rio Grande do Sul aparecia nas páginas de *A Sentinella do Sul* (Porto Alegre, 29/dez./1867) “ordenhando” o orçamento em busca de verbas para sustentar as obras públicas.



- Figura 15 -

O Diabrete (Rio Grande, 27/jul./1879) apresentava a Província estupefata diante de dois políticos que se digladiavam entre si.



- Figura 16 -

O Imperador anuncia à Província a lista senatorial, segundo a concepção do Maruí (Rio Grande, 15/mar./1880).



- Figura 17 -

O *Cabrion* (Pelotas, 22/ago./1880) desenhava a figura da Província dormindo à rede, descuidada da agricultura, no caso específico, da cultura do arroz.



- Figura 18 -

Uma “pobre Província”, abandonada e em dificuldades – sob o “risco de ficar em pouco tempo reduzida a uma triste posição” – era retratada pelo Maruí (Rio Grande, 20/jun./1880)



- Figura 19 -

O Século (Porto Alegre, 24/dez./1882) apresentava a Província sendo “chafurdada” na lama por um político.

Assim, o presente texto, de caráter introdutório e seguindo as limitações gráficas que lhe foram determinadas, buscou apresentar uma brevíssima visão sobre o desenvolvimento da imprensa sul-rio-grandense na época imperial, desde a sua gênese, à época da

Revolução Farroupilha, perpassando pelo seu amplo desenvolvimento quantitativo-qualitativo e pela especialização que lhe caracterizaram à segunda metade do século XIX. Muito ainda há que ser feito em torno de uma história da imprensa em geral (cf. Eisenstein. 1998. p. 17-26) e, como escreveu Carlos Reverbel, a história da imprensa gaúcha só pode ser realizada “ilha por ilha”, quer seja, de localidade em localidade, ou ainda entre vários conjuntos de jornais. Essa empreitada vem sendo realizada paulatinamente e muito ainda há para se empreender em torno de uma reconstrução historiográfica acerca do jornalismo rio-grandense-do-sul. De acordo com essa perspectiva, este breve ensaio tem por intento contribuir com essa edificação, lançando mais um fragmento que comporá uma das “ilhas” em direção ao desvelar histórico do “arquipélago” da imprensa rio-grandense¹.

¹ Publicado originalmente em: *História geral do Rio Grande do Sul – Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 2, p. 351-372.



- Figura 20 -

Ao entabular uma formação discursiva, cada jornal pode constituir-se em um construtor de uma verdade em potencial, como bem representou o *Maruí* (Rio Grande, 9/jan./1880) ao apresentar a “dama/impressa” amamentando a “criança/povo” com a “verdade” e, diante de seu interlocutor que a chamava de descarada e imoral, reagia com a frase:

“Hipócrita, tu o que queres é que esse inocente morra à mingua em tuas mãos, mas estás enganado, eu cá estou para o socorrer”.

Bibliografia

ALVES, Francisco das Neves. A imprensa rio-grandina nos primórdios da Revolução Farroupilha. In: *Anais da XV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1996. p. 153.

ALVES, Francisco das Neves. A colônia portuguesa na cidade do Rio Grande: fragmentos de uma identidade. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. v. 26. n. 1. Porto Alegre: PUCRS, 2000. p. 107-129.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BAHIA, Juarez. *Três fases da imprensa brasileira*. Santos: Ed. Presença, 1960.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica; história da imprensa brasileira*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.

BARRETO, Abeillard. A imprensa do Rio Grande no tempo do Império. *Rio Grande*. Rio Grande: 27. jun. 1935. p. 4.

BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre & SILVEIRA, Carmem Consuelo. O Partenon Literário: imprensa e sociedade literária. In: ZILBERMAN, Regina et alii. *O Partenon Literário: poesia e prosa - antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia - São Lourenço de Brindes, Instituto Cultural Português, 1980.

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma história da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARDOSO, Alcina Maria de Lara & ARAUJO, Silvia Maria Pereira de. *Jornalismo e ideologia. Ciência e cultura - Revista da SBPC*. v. 42. out. - dez. 1990. p. 1082-1089.

CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis: Vozes; Campinas: UNICAMP, 1979.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1987.

EPSTEIN, Isaac. *Gramática do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura imprensa*. São Paulo: Ática, 1998.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Jornais críticos e humorísticos de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1944.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1975.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo. 80. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 583-609.

FOUCALT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n.131. Porto Alegre: IHGRGS, 1995. p. 33-40.

GONZAGA, Alcides. *Homens e coisas de jornal*. Porto Alegre: Globo, 1944.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor, 1923.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa farroupilha*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, EDIPUCRS, 1994.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Antologia de humorismo e sátira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, FAPERGS, 1989.

PORTO, Aurélio. Fundação da imprensa rio-grandense. In: *Terra Farroupilha*. Porto Alegre: s/editora, 1937.

PRIOLLI, Gabriel. *A imprensa e a República*. Brasília: Ministério da Cultura, 1989.

REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense. In: *Enciclopédia rio-grandense: o Rio Grande Antigo*. Canoas: Editora Regional, 1956. v.2. p. 241-264.

REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957 (segunda série). p. 101-124.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. v.1.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. v. 13. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1985. p. 116-135.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

República-mulher: a nova forma de governo sob o olhar da imprensa caricata da zona sul gaúcha

A transição Monarquia-República no caso brasileiro constituiu um processo histórico que se desenvolveu por décadas, mas cujo epicentro se irradiaria com ainda maior ênfase na passagem da década de oitenta para o decênio seguinte. Os acontecimentos se precipitavam e a forma monárquica manifestava seus estertores ao passo que os ideais republicanos que se enraizavam nas últimas décadas finalmente chegariam ao poder. A imprensa teria um papel essencial na discussão das variadas temáticas em torno daquela transição, contribuindo decisivamente para a irradiação das discussões em torno da manutenção do *status quo* monárquico ou da implantação do modelo republicano. A fase de ampla liberdade de expressão do Segundo Reinado contribuiria decisivamente para essa evolução das atividades jornalísticas, etapa esta que teria uma inflexão no pós-1889, a partir do regime autoritário implementado, o qual, a partir de muito custo, buscou calar os jornais que não se alinhavam às forças governamentais.

Nessa época circulavam no país uma enorme quantidade de publicações periódicas, mantendo alguma

similaridade entre si e, ao mesmo tempo, guardando certas características regionais, advindas das peculiaridades da cada uma das províncias brasileiras. Em linhas gerais, eram editadas as folhas diárias, normalmente consideradas como representantes da imprensa dita séria e uma leva de outras publicações, menos perenes, com menor estrutura financeira e de circulação por vezes irregular, constituindo o que se poderia denominar de pequena imprensa. Vinculado à pequena imprensa esteve o jornalismo caricato, um dos gêneros que angariou fértil campo de expansão no Brasil, em um processo de significativa expansão por muitas das províncias. A popularidade da caricatura se justificava pelo apelo visual que o uso da imagem proporcionava, a partir de um mecanismo editorial que significava uma alternativa ímpar em relação ao que se fazia no contexto jornalístico brasileiro até então, cativando atenções e conquistando razoável apreciação entre os leitores.

Esse fenômeno histórico ligado à caricatura se espalhou pelo país e atingiu diretamente o Rio Grande do Sul que teve várias folhas desse gênero, com destaque para as da capital da Província e as da cidade de Pelotas e do Rio Grande. Nestas duas últimas, respectivamente, circulariam, entre várias outras, a *Ventarola* (1887-1890) e o *Bisturi* (1888-1893). Pela própria época em que foram editadas, estas duas folhas caricatas viriam a refletir vários dos episódios que demarcaram a culminância do processo de transição Monarquia-República, convivendo epidermicamente com a mudança da forma de governo e trazendo as suas versões para os fatos então vivenciados. Nesses dois jornais caricatos, a figura feminina foi utilizada de forma indelével para

simbolizar tanto o ideal republicano, quanto a forma de governo instaurada a partir do 15 de Novembro, colaborando ambos para a difusão do estereótipo da República-mulher.

De acordo com essa perspectiva, a figura mais utilizada para simbolizar a forma republicana no Brasil foi a mulher², seguindo proximamente os modelos de

² Ver: ALVES, Francisco das Neves, Que tipo de república – a implantação da nova forma de governo sob o prisma da imprensa rio-grandina: da aceitação à decepção. In: ALVES, F. N. (org.). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 1999. p. 235-241.; ALVES, Francisco das Neves. Imagens da república: caricatura e história do Brasil (1889-1930). In: ALVES, F. N. (org.). *Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 299-310.; e ALVES, Francisco das Neves. Alegórica república – a nova forma de governo sob o prisma da caricatura: um estudo de caso. In: *Revista Comunicação & política*. v. 9. n. 3. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2002. p. 227-244. As várias formas de representação da república no Brasil podem também ser observadas a partir de: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.; TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; LUSTOSA, Isabel. *História de presidentes: a República no Catete*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.; e SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

representação oriundos da República Francesa³. Inicialmente era apresentada como a “deusa-república”, ou seja a reprodução de uma imagem feminina vestida à romana, descalça ou de sandálias e barrete frígio, em uma figura que se transmutaria com o passar do tempo e com as crescentes manifestações contrárias ao modo pelo qual se implementava o “regime” estabelecido em 1889. Nesse quadro, em seguida os caricaturistas passaram a usar a figura feminina para ridicularizar a República, como também ocorrera na França, de maneira que a virgem ou a mulher heroica dos republicanos era facilmente transformada em mulher da vida ou prostituta⁴, em um processo de desagregação que foi ainda mais rápido no caso brasileiro. Dessa forma, a princípio apresentada como a “deusa” do barrete encarnado, ganhando forças nos derradeiros anos da monarquia e, depois, magnânima vencedora sobre a forma de governo decaída, a representação da república passaria por drásticas transformações que menoscariam a imaculada imagem original. Essas representações se fariam sentir junto à caricatura, e o fenômeno não seria diferente na conjuntura da imprensa caricata da zona sul gaúcha.

A *Ventarola* teve seu primeiro número publicado em 1887 e seu proprietário era o francês Eduardo Chapon que já fora sócio na administração do *Cabron*, anterior caricato pelotense. No que tange aos posicionamentos políticos, o hebdomadário caricato

³ Acerca do tema, observar: AGULHON, Maurice & BONTE, Pierre. *Marianne – les visages de la République*. Paris: Gallimard, 1992.

⁴ CARVALHO. p. 79-80 e 87.

revelava simpatias para com o ideário republicano que ganhava corpo no Brasil e, mais recentemente, no Rio Grande do Sul. Nessa linha, Athos Damasceno Ferreira destacava que a propaganda republicana encontrava no semanário pelotense ressoante e demorada acústica, não se fazendo ali o menor mistério das tendências antimonárquicas que a inspiravam e nutriam⁵. Dessa forma, a temática da mudança da forma de governo por muitas vezes viria a ocupar as páginas do jornal e, nesse caso, normalmente, a república aparecia sob a tradicional representação de uma figura feminina, no arquétipo que acabaria por se definir como a “deusa república”.

No caso da *Ventarola*, pelo período em que circulou e pelas manifestações favoráveis à forma republicana, a representação feminina da república corresponderia à etapa de enaltecimento completo à República-mulher, quer seja, a do entusiasmo, admiração e quase veneração à “deusa republicana”. Nesse sentido, desde o seu primeiro ano de circulação, o periódico pelotense manifestou suas convicções contrárias ao “regime” monárquico e, em várias ocasiões estamparia a figura da mulher como analogia ao anseio pela mudança da forma de governo. A “deusa” república foi apresentada, assim, nas mais variadas situações, passando por percalços, conquistando vitórias, até o triunfo definitivo deflagrado a partir da proclamação de Deodoro da Fonseca. A figura feminina representava desse modo, primeiramente, o dicotômico embate entre os ideais monarquista e republicano e,

⁵ FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 217.

posteriormente, já nos estertores da existência do jornal, a forma de governo instituída em novembro de 1889.

Algumas das primeiras manifestações da *Ventarola* utilizando-se de figuras femininas em torno da questão da forma de governo, se dariam em caricatura publicada em julho de 1887, na qual uma dama representando a província gaúcha cuidava de uma planta florescente, ao lado de outra, em um segundo vaso, fenecendo, sem cuidados. A primeira planta, adornada por um barrete frígio estilizado, simbolizava a república, a segunda, a monarquia. Cercavam a figura central outras gravuras, nas quais aparecia uma saudação do jornal aos seus leitores, e questões como a varíola, o rigor do inverno, a falta de higiene hospitalar, em uma alusão a alguns dos males advindos desta última forma de governo. A caricatura assim sugeria uma aproximação do Rio Grande do Sul para com a forma republicana, afirmando que se tratava de uma alusão às “tendências democráticas”, utilizando como legenda a expressão “Pegará? (*Ventarola*, 3/jul./1887), estabelecendo nova inter-relação entre a figura da planta e o “regime” que desejava ver estabelecido no país.

Uma outra utilização do feminino como designativo da república dar-se-ia como menção aos dois vizinhos platinos, referindo-se a um acordo sanitário entre o Brasil, a República Oriental e a Confederação Argentina, pelo qual foram aceitas como solução definitiva da questão, as opiniões dos médicos da convenção, garantindo que o charque não seria veículo transmissor do micróbio do *cholera morbus asiático*. A partir de tal decisão, o semanário caricato publicaria um conjunto de desenhos com teor crítico em relação à mesma (*Ventarola*, 4/dez./1887). Na caricatura, sob o

título “O congresso sanitário” duas damas representando, através dos respectivos escudos, a Argentina e o Uruguai, entabulavam conversa com o governante brasileiro que aceitava de bom grado os produtos (carne seca e alfafa) dos dois países, apesar dos eventuais riscos à saúde pública que aquela atitude poderia representar.

A figura feminina como representação de uma almejada república viria a aparecer no início de 1888, quando, em uma analogia à cena da manjedoura, o periódico mostrava os políticos, encarnados nas figuras dos três reis magos e de José, desejosos do poder. O centro da alegoria e alvo primordial dos demais personagens da caricatura, eram Maria e a criança, ambos de barrete frígio e a segunda vestida à romana (*Ventrola*, 8/jan./1888). A representação da república na gravura, atingia um dos pontos mais altos de simbolização de pureza, assumindo feições fortemente sacrossantas. A partir daí, o periódico expressava uma manifestação de crítica política, associada às suas convicções antimonárquicas.

Outro conjunto caricatural mostrava um político fazendo manifestação favorável à república, no parlamento, diante do que aparecia a “deusa” república, espada em riste, em sinal da tomada de rumos em direção à vitória e, na outra mão, o pavilhão representando a nacionalidade. Segundo a *Ventrola* seria necessário um incremento aos trabalhos executados pelos republicanos, além de manifestar seu desejo que muitos desses passassem do discurso a ações práticas. A crítica do periódico dirigia-se tanto à monarquia quanto à igreja, instituições então fortemente vinculadas e que viriam a ser constantes alvos da imprensa caricata. A

legenda de cada um dos desenhos do conjunto descrevia: O Sr. Silveira Martins declarou em pleno Senado que os povos da América tendem ao governo do povo pelo povo, e que ele não está longe./ Os amantes da ideia republicana devem estar de parabéns, em vista do modo por que se manifestou um Senador do Império./ O que carece é que a mocidade trabalhe mais e fale menos; a época é chagada, mãos à obra./ Para conseguirmos o governo do povo e pelo povo é preciso que se ataque de morte a igreja e a monarquia./ Espectros do passado, a monarquia e a igreja, em fatídica junção, lançaram nas fogueiras a ciência e na força penduraram a razão (*Ventarola*, 27/maio/1888).

Em outra caricatura, a *Ventarola*, além de criticar a forma monárquica, estendia seus ataques ao clero, fazendo alusões à religião oficial brasileira. O jornal não aceitava a interferência do poder papal, fazendo referência a um estado dentro de um outro estado e criticava a Princesa Isabel pelo que considerava uma forte influência clerical em sua forma de pensar e agir. O conjunto caricatural era concluído com uma última figura na qual aparecia a deusa-república, com suas vestes tradicionais e barrete frígio, que, impávida, espada em riste, observava ao longe um velho alquebrado – o próprio Imperador – representando o monarquismo. A esperança do periódico na mudança da forma de governo ficava explícita na legenda: O que nos vale é que esse estado anômalo vai já chegando ao seu termo, para dar lugar ao aparecimento do progresso (*Ventarola*, 15/jul./1888).

Ainda na forma de conjunto de desenhos, o semanário caricato pelotense realizava outra associação, nesse caso, das ideias republicanas com as

antiescravistas. Nas páginas centrais da folha eram mostradas cenas no Rio de Janeiro, nas quais as “senhoras fluminenses” maltratavam negros e defendiam ardorosamente a manutenção de “heranças” da escravidão, inclusive diante da princesa regente. O jornal criticava as possíveis conciliações entre os políticos e os governantes para a continuidade da situação vigente e, em um dos quadros do conjunto, a “deusa-república”, ao lado do bobo da corte, símbolo da imprensa caricata, assistia atônita aos acontecimentos. Além de manifestar seus ideais antimonárquicos e antiescravistas, o hebdomadário expressava sua insatisfação com os homens públicos e os jornalistas que, por motivações áulicas, abandonavam os princípios republicanos (*Ventarola*, 16/set./1888).

A *Ventarola* apresentou ainda a “deusa-república” atada a uma árvore, sendo fustigada, por um político que teria feito ferrenho discurso antirrepublicano, afirmando a folha que o personagem teria jurado mesmo reduzir a linda moça à expressão mais simples, julgando ter alto prestígio como homem político. O indivíduo era apresentado pelo periódico em atitudes nefastas, agarrando a força a “deusa-república” e emaranhando um outro político em uma rede, alusão a possíveis inverdades que estaria a proferir. Na conclusão da caricatura, o semanário mostrava o velório do personagem retratado, demonstrando a morte de sua carreira política, cena assistida pela dama republicana, afirmando a folha que seria certo que a república já apontava aquele político como homem morto, perante o patriotismo e o caráter (*Ventarola*, 21/out./1888).

Em fevereiro de 1889, o jornal caricato pelotense mostrava na forma de um “prado político”, os

resultados de uma eleição, à frente, chegavam os liberais, representados por um “centauro”, apresentando a face de seu líder partidário, secundados, pela dama republicana, com seus trajes tradicionais, como uma amazona, empunhando bandeira com a insígnia “república”. Já por último chegava um burrico macérrimo em pelo e ossos, adejado por aves necrófagas, simbolizando os conservadores, cuja agremiação encontrava-se enfraquecida e cindida em seu seio. A legenda era: Na corrida que teve lugar no dia 16 do corrente, em nosso prado político, coube a vitória ao Centauro Rio-Grandense; chegou em segundo lugar o Pégaso, guiado pela elegante amazona República. Tocou a culatra ao histórico burro de Buridan que, além de mal composto, não teve quem o guiasse na pugna (*Ventarola*, 24/fev./1889).

Em um quadro de desenhos a *Ventarola* mostrava a confusão reinante no parlamento, onde os políticos não se entendiam, discutindo e até agredindo-se mutuamente. Na caricatura eram encenadas também as atitudes dos homens públicos que trocavam de partido, com destaque para uma ala dos conservadores gaúchos que se bandeavam para as hostes republicanas. A dama republicana aparecia como a representar uma frente partidária que se dizia não envolvida com liberais ou conservadores. A dita dama, acompanhada de uma caixa de ferramentas, vestia-se e observava-se em um espelho, fazendo os últimos ajustes no barrete frígio que colocava à cabeça, tal qual uma antevisão de uma iminente chegada ao poder (*Ventarola*, 12/maio/1889).

Em outro conjunto de caricaturas, a folha mostrava a “deusa-república”, machado à mão, derrubando a árvore da monarquia. A concepção

republicana do jornal, acreditando na breve derrocada da forma monárquica era complementada pela legenda: Esta árvore já não dá fruto, está velha e carunchada: o verdadeiro é cortá-la... pela raiz. A questão é apenas de tempo... (*Ventarola*, 26/maio/1889). No hebdomadário caricato aparecia também a “deusa-república” recebendo de braços abertos um padre com um barrete frígio à cabeça, demarcando que o anticlericalismo do jornal poderia ser atenuado quando o sacerdote fosse “esclarecido”, no caso, estando vinculado ao ideário republicano (*Ventarola*, 16/jun./1889).

Ainda utilizando a exposição de um conjunto de caricaturas, a *Ventarola* mostrava a dama republicana sendo admirada por políticos e abraçada por um deles, em uma referência que o jornal fazia à declaração de uma outra folha que teria afirmado que a monarquia americana não era incompatível com a democracia ainda a mais adiantada, asserção com a qual o hebdomadário pelotense, favorável à mudança da forma de governo, discordava veementemente. Na mesma caricatura, o semanário manifestava sua ampla insatisfação com a ideia da disputa partidária unicamente entre liberais e conservadores, pois, segundo ele, era chegada a vez dos republicanos. Mostrava os políticos tradicionais discutindo com a “deusa-república”, afirmando: O que os cujos não admitem é que chega da época da decrepitude e que só podem agir com o concurso de terceiro. Demonstrando os políticos monarquistas sendo julgados na balança da justiça, o jornal destacava em relação aos mesmos: Custa-lhes também acreditar que a democracia já esteja pesando na balança da política do país. Sentenciando quanto a uma iminente mudança na forma de governo, o periódico caricato vaticinava que

era apenas uma questão de tempo para que se desse o encerramento daquilo que considerava o péssimo estado do país (*Ventarola*, 30/jun./1889).

Proclamada a nova forma de governo, a *Ventarola* iria manifestar entusiástica alegria. Mantendo uma linha bem humorada, o jornal afirmava que, em um momento de náusea, como quem tinha no estômago uma feijoada supérflua, acabara o Brasil de vomitar no Atlântico todos os acepipes monárquicos ingeridos em diferentes refeições, pagas por bom preço e em diversas épocas. Explicava que novembro de 1889 representaria a eloquência peremptória da consumação de um fato que fugia a todas as providências, que escapava a toda lógica, que não entrava nas combinações de raciocínio algum, e que, portanto, já deveria ter acontecido. A folha noticiava que fora geralmente recebida com satisfação a notícia da proclamação da “República Federal dos Estados Unidos do Brasil”, estando finalmente o país, para todo sempre, livre do trambolho monárquico, o qual significaria o maior entrave ao progredir nacional (*Ventarola*, 24/nov./1889).

Os acontecimentos em torno do 15 de Novembro foram destacados pela folha caricata na forma de conjunto caricatural. Entre outros desenhos, aparecia a “deusa-república” que, mais uma vez, simbolizava a forma de governo, agora vencedora, pairando acima da multidão – que jogava seus chapéus para cima, saudando-a –, ostentando o pavilhão auriverde que trazia em si o significado da nação. Na concepção da folha, houvera ampla aceitação popular da nova forma de governo, afirmando: Felizmente a nova aurora que raiou para os nossos destinos de nação livre e civilizada

teve as saudações triunfantes de um povo inteiro. Viva a república! (*Ventarola*, 24/nov./1889).

Instaurada a nova forma de governo, a *Ventarola* se colocaria como defensora dos governantes, criticando uma folha liberal que estaria a atacar o governo, segundo a percepção do caricato pelotense, apenas por despeito, de modo a atitude daquela, que seria uma publicação da restauração monárquica, não era senão pura perda de tempo diante do fato consumado. A triunfante “deusa-republicana” desfilava por caminho de flores preparado pelos novos donos do poder, afirmando o semanário que os ataques adversários perdiam a importância uma vez que o governo ia alastrando de flores a estrada que tem de percorrer a querida pátria, exclamando um “bravo”, diante dos atos deste (*Ventarola*, 8/dez./1889).

Dessa maneira, o universo de reações da *Ventarola* diante dos episódios imediatos que levaram à transição Monarquia-República teve por sentido a orientação republicana da folha. As instituições monárquicas eram apresentadas através de pessoas, objetos e, enfim, de símbolos, como velhas, anacrônicas, doentes, carcomidas, em decomposição, ruindo, caindo, morrendo e, em síntese, nos estertores de sua existência. Já a república estaria a representar o novo, o moderno, a pujança, o alvorecer e, enfim, a esperança de dias melhores. Como seria tradição à época da propaganda e a partir da forma de governo instaurada no 15 de Novembro, a publicação caricata pelotense encamparia a imagem feminina da deusa vestida à romana com o sempre presente barrete frígio à cabeça, como o mais importante arquétipo da representação da república. Nesse sentido, a dama republicana acompanharia passo

a passo, nas páginas do semanário, os acontecimentos que marcariam essa etapa de transições servindo a contento aos princípios do jornal, em buscar apresentar o velho e decaído “regime” em relação ao porvir da jovem república.

Através da “deusa-república”, o hebdomadário defendia seus ideais de oposição não só à monarquia, como também ao clericalismo e ao escravismo, os quais teriam seu termo, na concepção da folha, a partir da mudança na forma de governo. Nessa linha, através da dama republicana, o semanário sustentava o tradicional conflito discursivo, típico dos jornais de então, pelo qual se buscava sustentar e legitimar uma determinada construção discursiva, ao passo que se atacava e deslegitimava uma outra, de modo que o conflito monarquia X república ganhava vida nas folhas do jornal e a figura feminina que representava esta última desempenharia papel decisivo como simbologia no intento de levar ao convencimento do público leitor a respeito da justeza da causa republicana. De ideal almejado, a divina mulher-república viria a se tornar realidade, com os acontecimentos de novembro de 1889, sendo ostentada com orgulho pela periódico pelotense.

A *Ventarola* não teria tempo para definir o tipo de república que pretendia para o país, chegando a fazer certa confusão entre república e democracia. A visão do jornal, assim como a de muitos republicanos da época, era até certo ponto ingênua, ao acreditar que a simples mudança da forma de governo viesse a resolver todos os males nacionais. O periódico viria a desaparecer apenas poucos meses depois do 15 de Novembro, de modo que não se tornaram detectáveis suas considerações sobre o modelo pelo qual se consolidou a nova forma de

governo. Em diversas publicações, a imagem feminina da república, pura e divina, começaria a ser menoscabada, entrando em profunda decadência, à medida que os próprios jornais partiam da visão entusiástica inicial para o crescente desapontamento, mormente no que tange ao regime autoritário imposto à nova forma de governo. Na *Ventrola*, até por causa de período de circulação, o que permaneceu foi ainda aquela versão quase ingênua, da jovem, divina e virginal mulher que, por vezes confundia-se em suas representações, ora como liberdade, ora como democracia, ora como república, refletindo a esperança de que o “regime” surgido em 1889 fosse orientando pela liberdade e pela democracia. Não é pequena a possibilidade de que se a “deusa-república” da *Ventrola* sobrevivesse mais alguns meses, logo poderia deparar-se com algumas desilusões.

Na outra cidade da zona sul gaúcha, a tradição dos jornais caricatos foi ainda mais forte, circulando esse tipo de publicação em maior profusão quantitativa e qualitativa. A cidade do Rio Grande, o principal porto marítimo da Província do Rio Grande do Sul, foi uma das comunidades na qual, durante o século XIX, mais se desenvolveu o jornalismo, adotando-se por parâmetro tanto o contexto regional quanto o nacional, constituindo-se as três décadas finais daquela centúria na fase de apogeu das atividades jornalísticas, circulando nessa época os mais variados gêneros de folhas, desde as bem estabelecidas financeiramente e perenes representantes da imprensa diária, até as, em geral, pouco duradouras e de circulação irregular que, no seu conjunto, formavam o que se pode denominar de pequena imprensa rio-grandina. Representante desta

última, a imprensa caricata constituiu um dos gêneros jornalísticos que passou por significativo desenvolvimento nessa cidade portuária, surgindo, naquelas décadas, alguns dos mais organizados e duradouros representantes da pequena imprensa rio-grandina.

Junto da imprensa caricata rio-grandina também se fizeram sentir as várias reações para com os governantes que intentaram consolidar a nova forma de governo. Estas repercussões aconteceram no *hebdomadário Bisturi*, ilustrado e escrito pelo caricaturista Thádeo Alves do Amorim, um dos maiores especialistas no ramo na zona sul gaúcha, tendo trabalhado em várias publicações caricatas rio-grandinas, como *O Amolador*, *O Diabrete* e o *Maruí*, do qual chegou a ser proprietário, vindo o *Bisturi* a representar o apogeu de sua carreira. A folha circulou de forma regular entre 1888 e 1893, embora, menoscaba, continuasse a existir posteriormente e esteve filiada aos princípios liberais. Mantendo-se fiel a seus princípios, teve em seu redator-proprietário uma figura vigiada de perto e perseguida pelas autoridades públicas, em uma crescente pressão que se tornaria praticamente insuportável à medida que se agravava a crise institucional que marcou os primeiros anos republicanos.

Em um primeiro momento, o *Bisturi* aceitaria a república de braços abertos, mas, aos poucos foi rompendo com os novos detentores do poder, mormente tendo em vista o regime autoritário que se firmava, tornando-se um inimigo ferrenho dos governantes tanto no contexto regional quanto nacional. Afilhado ao liberalismo gasparista, o periódico pretendeu uma

república calcada nesses moldes liberais e não aceitou o modelo ditatorial expresso nas figuras dos marechais presidentes e Deodoro e Floriano e na do líder republicano rio-grandense Júlio de Castilhos. Assim, o jornal constituiu-se em um exemplo do processo de desintegração da imagem da república, à medida em que se passava do entusiasmo inicial à decepção para com os novos mantenedores do poder. Nas páginas do semanário, a figura da república passaria por um processo de profunda transformação, traduzindo a insatisfação do semanário em relação à situação reinante.

A notícia da Proclamação da República foi recebida com amplo entusiasmo de parte do *Bisturi*. Além de conclamar os brasileiros à união nacional em nome da nova forma de governo, declarando que se colocava a “postos, sempre pronto a combater em benefício da grande causa nacional”, o jornal destacava o fato dela ter sido implantada de maneira pacífica. Afirmava que aquele evento fora “uma batalha sem sangue” e que ocorreria “sem que fosse preciso a baioneta ferir o coração da Pátria”, sem a necessidade de “sangue, incêndios, destruição e niilismo” e sem que o “povo” precisasse assistir “aos horrores de uma guerra de irmãos”. Ao imaginar a República empunhando a “bandeira da liberdade e da igualdade”, a folha manifestava seu desejo de ver inaugurado um regime democrático e liberal e, de acordo com essa ideia, questionava: “o que mais poderia um povo desejar do que a sua liberdade, que mais poderia desejar, senão a igualdade” A inauguração da República foi apresentada pelo hebdomadário através de uma ilustração, na qual a nova forma de governo, simbolizada por uma mulher “vestida à romana” e de barrete frígio, era recebida pelo

Brasil, representado por uma índia, que afirmava: Sejas bem vinda deusa da liberdade se é que vens inspirada no amor e felicidade da nossa querida Pátria (*Bisturi*, 24/nov./1889).

Durante os primeiros meses da nova forma de governo, o jornal restringiu os seus comentários políticos, tendo em vista a legislação de imprensa e às próprias incertezas que marcavam a vida política gaúcha. Apesar da indisposição para com os governantes no contexto estadual, o semanário continuou apoiando ainda, por breve período, os governantes da esfera federal. De acordo com tal posição, o jornal denunciava que a República estava em perigo, desenhando-a como uma dama de barrete frígio, à beira de um abismo e ameaçada por sombrios e pavorosos morcegos⁶. Como legenda, aparecia a frase: São muitos os vampiros que procuram interromper a marcha à viandante, contudo, ela, visando a felicidade da Pátria, prossegue tranquila e esperançosa o seu caminho glorioso (*Bisturi*, 4/maio/1890).

Em setembro de 1890, o jornal ainda manifestava certo crédito para com os rumos da nova forma de governo. A folha acreditava que o jogo eleitoral representaria o caminho para a liberalização e

⁶ O abismo refere-se aos males das profundezas, ao caos tenebroso das origens e às trevas infernais dos dias derradeiros. Já o morcego representa o animal impuro, um símbolo do pavor e do ser definitivamente imobilizado em uma fase de sua evolução ascendente, significando algo de sombrio e de pesado. CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 5 e 620-1.

reconstitucionalização da República. Esse pensamento foi expresso através de uma ilustração na qual a República aparecia como uma acrobata empunhando uma bandeira nacional⁷. Sob o desenho, o periódico conclamava: Às urnas cidadãos!... Deus vos inspirem na escolha dos seus representantes ao Congresso para que a nova deusa República continue risonha e feliz a descortinar os horizontes do porvir... (*Bisturi*, 14/set./1890).

Os caminhos seguidos pelos governantes republicanos para promover a consolidação da nova forma de governo logo viriam a despertar a decepção de parte do *Bisturi*, que, ao final de 1890, já fazia as primeiras manifestações relacionadas à sua desilusão quanto ao tipo de república que estaria sendo implantada no país. O jornal não conseguia encontrar na nova situação aqueles pressupostos que ele, logo após o 15 de Novembro, considerara fundamentais, ou seja, na sua concepção, a República que estava se formando não era aquela que a folha sonhara, de igualdade e liberdade, e de amor e felicidade, enfim, aquela não seria a “verdadeira república”. Um dos elementos marcantes da recente conjuntura política nacional que mais diretamente despertava o desencanto do periódico era o autoritarismo empregado pelos governantes em nome da defesa das instituições republicanas.

⁷ Nesse caso, a acrobata aparece como o símbolo do equilíbrio crítico, fundado no não-conformismo e no movimento e, nesse sentido, é fator de progresso. Já a bandeira empunhada pela “República” aparece como símbolo de proteção. CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 11 e 118.

O agravamento da crise político-institucional, com a tendência de revolução tornando-se um caminho sem volta, levou o periódico a, cada vez mais, manifestar sua insatisfação para com os destinos dados à nação pelos seus novos governantes. Os caminhos pelos quais estaria trilhando a nova forma de governo, desviando-se do ideal da “verdadeira república”, preocuparam em larga escala o semanário que manifestou essa preocupação desenhando a “deusa-República”, como uma figura seminua próxima a um muro em ruínas⁸. A explicação para a gravura traduzia o pensamento do periódico sobre os desvios que estaria sofrendo a forma instaurada a 15 de Novembro: ... e todos supunham a República, essa deusa do barrete encarnado, uma criatura pura como os anjos, formosa, sedutora, cheia de amor pela sua Pátria e muito amiga da ‘Ordem e do Progresso’!... (*Bisturi*, 21/ago./1892). Quando a crise atingia níveis insuportáveis, o jornal mostrava uma república representada por uma negra que caía do cavalo, diante da figura de uma raposa⁹ que simbolizava

⁸ A nudez, nesse desenho, designa a pobreza e a fraqueza espiritual e moral, ou seja, a nudez é a vergonha. Já o muro representa a cinta protetora que encerra o mundo e evita que nele penetrem influências nefastas de origem inferior. CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 626 e 644. Dessa maneira, o jornal buscava demonstrar os descaminhos de vergonha, pobreza e fraqueza pelo qual estaria sendo levada a República, cada vez mais desprotegida com relação a seus próprios governantes.

⁹ O fato de apresentar a república como uma negra traduz um caráter intencionalmente racista de parte do semanário, o qual leva à consideração de que a imagem do homem negro alude sempre à parte inferior humana, ou ainda, que as raças negras

a forma de governo decaída em 1889, como legenda, aparecia a sutil frase: Cada susto que leva!... (*Bisturi*, 30/out/1892).

Pouco antes do início da Revolução Federalista, o semanário caricato prosseguia denunciando o autoritarismo e a falta de liberdade que estariam marcando a atuação dos governantes. Segundo o periódico, com a República o Brasil havia voltado aos tempos de barbarismo, nos quais lampejava lúgubre e pavorosa a fagulha sinistra da irracionalidade da espécie humana (*Bisturi*, 1º/jan./1893). Afirmava ainda que, graças aos desvios que os governantes promoveram no caminho em direção à “verdadeira república”, a nova forma de governo, feita ainda ontem, não tinha uma só página na sua história que não estivesse tinta de sangue. Na perspectiva da folha, a modificação institucional estabelecida a 15 de Novembro só tinha uma *glória*, que consistia no fato de que nenhuma república a tinha excedido na imprudência, na hediondez, no sarcasmo, na impetuosidade da audácia levada até a demência, na torpe e crapulosa imoralidade e nas revoltantes *baixezas* (*Bisturi*, 22/jan./1893).

são filhas das trevas. (CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984. p. 405. Já a raposa, animal independente, mas satisfeito com a existência; ativo, inventivo, mas ao mesmo tempo destruidor; audacioso, mas medroso; inquieto, astucioso, porém desenvolto, ele encarna as contradições inerentes à natureza humana (CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 769), representava os riscos de uma possível restauração monárquica, tendo em vista a séria crise pela qual passava o país.

A respeito dos “descaminhos” da República Brasileira, o jornal apresentou uma caricatura na qual a forma de governo inaugurada a 15 de Novembro aparecia representada por uma mulher de barrete frígio, desconsolada por causa das dívidas e com uma série de ratazanas tomando conta de sua casa¹⁰. Ao fundo, em uma tabuleta aparecia a inscrição Panamá no Brasil, referindo-se a um assunto bastante debatido naquela época sobre a corrupção na República Francesa, evidenciada por ocasião da questão envolvendo a construção do canal do Panamá. Como uma referência aos desmandos político-administrativos e financeiros do governo brasileiro, circulou através da imprensa a afirmação de que o Brasil também tinha o seu Panamá. O desenho era acompanhado pela declaração: *Feliz a nação onde impera a justiça e se aplica a lei sem restrições. O mesmo não acontece no Brasil, Pátria dos compadres e das poderosas ratazanas acariciadas pela República...* (Bisturi, 9/abr./1893).

Apesar da constante vigilância e repressão de parte das autoridades governamentais e da cada vez mais coercitiva legislação de imprensa, enquanto teve condições, o *Bisturi* continuou manifestando abertamente suas convicções político-partidárias e

¹⁰ Ao colocar as ratazanas proliferando-se na “República Brasileira”, o jornal relaciona-as à corrupção do país, referindo-se a um animal esfomeado, prolífico e noturno, que aparece também como uma criatura temível, até infernal. Esse animal é tido como impuro e como uma imagem da avareza, da cupidez, da atividade noturna e clandestina, sendo ainda considerado como um ladrão. CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 770-1.

colocou-se como um dos baluartes no combate ao autoritarismo dos governantes tanto na esfera regional quanto nacional, e dispondo-se a lutar contra a “tirania” e a favor dos revolucionários em nome do ideal de uma “verdadeira república”. Essa postura duraria até outubro de 1893, quando a legislação draconiana e as perseguições tornaram-se insustentáveis. Assim, ao longo de mais de cinco anos, o *Bisturi* dedicou suas páginas ao debate partidário e político, defendendo as ideias e práticas dos liberais. Com a mudança na forma de governo, durante os primeiros meses, o jornal abraçou a causa republicana, porém logo viria a decepção para com o autoritarismo dos novos governantes e o semanário romperia com eles, colocando-se na oposição, em luta pela “verdadeira república”. Nos anos que circulou regularmente entre 1889 e 1893, o jornal representou a contento, mormente no contexto regional, as formas pelas quais a caricatura apresentou as imagens da república, contribuindo para divulgar, junto à população sul-rio-grandense, as diversas alegorias que marcaram a simbolização da forma de governo que tantas vezes foi idealizada pela imprensa brasileira.

As cidades do Rio Grande e de Pelotas representavam uma das regiões mais pujantes do contexto gaúcho do século XIX – a zona sul – que se beneficiava da riqueza advinda da produção e exportação pecuário-charqueadora sul-rio-grandense. Esse progresso econômico se fazia sentir nos mais variados ramos das vivências humanas, inclusive no cultural, e, de acordo com essa circunstância, a imprensa destas duas cidades foi uma das mais desenvolvidas naquela centúria. Nesse campo de formidável difusão do

jornalismo, a imprensa caricata encontraria amplo espaço para crescimento, criando-se um mercado consumidor para esse gênero jornalístico que, através da ironia, do bom-humor e da crítica refletiam caricaturalmente a sociedade em que estava enraizado. Os acontecimentos que marcaram a transição Monarquia-República encontrariam forte eco nas folhas caricatas que reproduziram a seu modo os episódios que marcaram a desintegração monárquica e a afirmação de uma nova forma de governo. A tradição já perene de representação da república através da figura feminina também foi utilizada em larga escala pelos caricatos rio-grandenses-do-sul, com ênfase à pelotense *Ventarola* e ao rio-grandino *Bisturi*. Cada qual apresentaria suas peculiares versões à República-mulher, desde a imaculada deusa vestida à romana, simbolizando uma aspiração da pureza republicana em contraposição à considerada anacrônica monarquia, até a desgastada, impura e quase prostituída “mulher republicana”, abandonada à própria sorte e corrompida pelos homens do poder. Nesse quadro, *Ventarola* e *Bisturi* contribuíram fortemente para a formação de arquétipos simbólicos acerca daquela figura feminina, colaborando inclusive visualmente na construção de certas facetas no âmago da mentalidade coletiva gaúcha acerca da forma de governo que se instauraria a 15 de novembro de 1889¹¹.

¹¹ Publicado originalmente em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRGS, 2008, v.142, p.49-61.

Republicanism, adesismo, oposicionismo (ou sebastianismo?) à época da formação da República: um breve estudo de caso na imprensa rio- grandense-do-sul

O 15 de Novembro de 1889 acabaria por transformar-se em um momento de inflexão da formação histórica brasileira. Esse episódio foi encarado sob diversos prismas, desde como uma revolução, um golpe de Estado, uma parada militar, entre tantas outras, diante de uma população quase estupefata, na tão repetida asserção lapidar de Aristides Lobo, ao referir-se aos bestializados da República. A mudança na forma de governo, entretanto, não teria a harmonia como marca de sua consolidação, uma vez que foram vários os embates travados no sentido de definir-se que modelo deveria ser o empregado para implementar a República. Dentre as tendências que buscaram moldar à sua aparência e modo de pensar o novo “regime” estiveram os liberais, os jacobinos e os positivistas, opondo-se ainda a estes alguns resquícios monarquistas, que ficariam conhecidos pela pecha de sebastianistas.

Na conjuntura brasileira, prevaleceria o modelo liberal, com o deslocamento regional do poder em direção à oligarquia cafeeira paulista, entretanto a consolidação republicana se daria sob o regime de força típico dos primeiros governantes militares. Desde a ditadura de Deodoro, posteriormente eleito indiretamente para seu governo constitucional, rompido pelo golpe de Estado perpetrado pelo primeiro presidente e seguindo-se na administração de Floriano Peixoto, que governou sob estado de exceção, no embate para com os focos revolucionários, prevaleceram as práticas autoritárias em nome da salvação das instituições estabelecidas a 15 de Novembro. O autoritarismo governamental, aliado às disputas pelo poder, despertaria forte oposição aos marechais-presidentes, a qual se manifestaria por meio da imprensa, no parlamento e, no caso extremo, por meio das armas.

No Rio Grande do Sul, o modelo que viria a tornar-se predominante seria embasado nas ideias de Augusto Comte, levadas em frente por aquele que se tornaria a principal liderança republicana gaúcha - Júlio de Castilhos. Esse chefe político adaptaria o ideário positivista ao contexto sul-rio-grandense, constituindo um verdadeiro novo regime - o castilhista - cujo principal intento era garantir a permanência dos sectários de Castilhos no poder. Desse modo, no caso rio-grandense, o autoritarismo foi ainda mais acirrado, somando-se ao exclusivismo partidário e personalista, quer seja, para participar do poder, havia a necessidade de alinhamento incondicional às ideias e à figura do líder máximo do republicanismo gaúcho. Essas atitudes levariam à formação de uma ferrenha oposição, alijada

do poder, formada por antigos liberais e conservadores, além dos dissidentes republicanos.

Essa verdadeira confusão ideológica¹² entre os diferentes e divergentes grupos partidários¹³ em ação caracterizou a fundação da República Brasileira, chegando-se ao extremo da guerra, com a deflagração da Revolta da Armada e da Revolução Federalista¹⁴. Nesse quadro, a imprensa teria um papel essencial na divulgação das ideias dos divergentes grupos nos confrontos político-partidários e/ou bélicos¹⁵. A imprensa da cidade do Rio Grande, uma das mais importantes na conjuntura sul-rio-grandense da época, também refletiria as discordâncias que marcaram a vida política brasileira e gaúcha de então. Nos quadros da imprensa rio-grandina, uma das folhas que abordou alguns dos acontecimentos imediatos aos fatos que marcaram a transição Monarquia-República foi o semanário caricato *Bisturi*, que, criado em 1888,

¹² CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 42.

¹³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 24-27.

¹⁴ A respeito desse contexto histórico, ver: ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: FURG, 2002.

¹⁵ RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 1893. In: SEMINÁRIO FONTES PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1893. *Anais...* Bagé: URCAMP, 1983. p. 26-35; RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 41-53

transmitiu sua versão para esse processo histórico, passando de uma etapa inicial de adesão à nova forma de governo, para, em seguida, decepcionar-se com as formas com que a mesma vinha sendo implementada, vindo a manter forte resistência e oposição aos primeiros governantes republicanos, na esfera federal e estadual.

A 1º de abril de 1888, aparecia o mais bem-elaborado periódico caricato rio-grandino, o *Bisturi*¹⁶, que se definia como uma folha satírica e humorística, publicando caricaturas, alegorias e outros desenhos da atualidade, poesias e artigos cômicos, sátiras e críticas à política, artes e literatura, além de outros assuntos de ocasião e retratos de personagens célebres. Thádeo Alves do Amorim, o fundador- proprietário do jornal, apesar das inúmeras e constantes adversidades conseguiu manter, nos diversos periódicos a que esteve ligado, seus textos e desenhos ricos em crítica e ironia, e o *Bisturi* foi o ápice de sua carreira, a qual já passara por caricatos rio-grandinos anteriores, como *O Amolador*, *O Diabrete* e o *Maruí*. Com tipografia própria, a folha caricata mantinha a tradição dos periódicos daquele gênero, sendo um semanário de oito páginas, quatro dedicadas aos desenhos. O custo de sua assinatura era de 12\$000 (ano) e 1\$000 (mês), e a partir de agosto de 1892, 16\$000 (ano) e 4\$000 (mês).

¹⁶ Abordagem acerca do jornal elaborada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999. p. 219-243; ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 407-465.

Na sua primeira edição, o *Bisturi* divulgava o seu “Programa”, afirmando que o labor da imprensa fora sempre o alvo de suas aspirações no meio do burburinho da vida social, de modo que se apresentava ante a população civilizada da nobre cidade do Rio Grande, tendo muita confiança de que a sua visita não seria repudiada, uma vez que seriam guardados os princípios determinados pela urbanidade, ainda quando fosse mister ser um pouco pungente na luta de coerção aos desvios que por vezes envergonhavam a sociedade. Dizia ainda que se empenharia na extirpação da lepra social dos escândalos, da calúnia, de todos os vícios, enfim, sem que se lhe notassem as invectivas livres e as alusões imorais que desedificam na prática do comedimento dos mútuos deveres da família social, esperando que ali ficasse lavrada a profissão solene de sua fé jornalística.

Ainda que também levasse a suas páginas as críticas social e de costumes, de acordo com a sua proposta de moralizar a sociedade e corrigir os “vícios” sociais, foi na abordagem política que o *Bisturi* concentrou o seu conteúdo e direcionou o seu comportamento editorial. O periódico não se limitou a notificar e emitir opiniões apenas sobre os assuntos locais, enfocando também as questões mais complexas da situação política nacional e regional. Com posturas políticas bem demarcadas, o semanário transmitiu, por meio de seus textos e desenhos, um universo de reações ao processo de transição da Monarquia à República. Entretanto, ao contrário de seus antecessores no jornalismo caricato rio-grandino, que se dedicaram à crítica política sem vinculação partidária, o *Bisturi* adotou uma posição político- partidária bem definida de

aproximação com as práticas e o pensamento do Partido Liberal, mais especificamente ao liberalismo gasparista, mantendo essa convicção ao longo de toda a sua existência como folha de circulação regular.

Um dos momentos da formação brasileira retratado pelo *Bisturi* com admiração foi aquele ligado aos episódios de 15 de novembro de 1889. Nesse sentido, a Proclamação da República foi saudada com grande entusiasmo pelo semanário, o qual afirmava que, debaixo da grande impressão, o dia 15 de novembro marcara para a História do Brasil como a data da sua regeneração política e social, a folha que declarava fazer parte da unidade nacional saudava o sol desse dia, que iluminara o fato mais glorioso, mais sublime que a humanidade registrara no grande livro das hecatombes e conquistas sociais (24/nov./1889). Esse espírito de adesão à nova forma de governo progressivamente se desvaneceria e iniciaria uma etapa de desilusão ante os destinos da República.

Os caminhos seguidos pelos governantes republicanos para promover a consolidação da nova forma de governo logo viriam a despertar a decepção de parte do *Bisturi*, que, ao final de 1890, já fazia as primeiras manifestações de desilusão quanto ao tipo de república que estaria sendo implantada no país. O jornal declarava que não conseguia encontrar na nova situação aqueles pressupostos que, logo após o 15 de Novembro, considerara fundamentais, ou seja, na sua concepção, a República que estava se formando não era aquela que a folha sonhara, de “igualdade e liberdade” e de “amor e felicidade”, enfim, aquela não seria a “verdadeira república”. Um dos elementos marcantes da recente conjuntura política nacional que mais diretamente

despertava o desencanto do periódico era o autoritarismo dos governantes em nome da defesa das instituições republicanas.

Desse modo, a postura do *Bisturi* era fruto da desilusão com as atitudes dos governos republicanos, que resultaram em constantes estados de exceção, os quais, por inúmeras vezes, propiciaram à folha uma comparação com os tempos da Monarquia, louvando as garantias e liberdades individuais daquele período. As críticas à República eram então fervorosas, como ao questionar exclamativamente: Quem não tem horror a esta república execranda, onde o crime impera, o jogo alastra, a prostituição se alarga, a gatunice se desenvolve e a miséria estende-se por toda parte? Verberava ainda: Abaixo esta república nefanda, esta gente do poder e da abastança, que olha aos homens do labor com sobranceira e desprezo (12/fev./1893). Essa decepção do hebdomadário também se manifestou na criação de imagens em torno da República, inicialmente representada por uma deusa vestida à romana e transformando-se pouco a pouco em uma mulher abandonada, beirando a prostituição¹⁷.

Diante do acirramento das disputas políticas no Rio Grande do Sul, o *Bisturi* assumiu uma postura gasparista. Essa posição partidária, porém, não era fruto daquele momento, e sim se manifestara desde o ano da criação do periódico, com sua aproximação em relação

¹⁷ ALVES, Francisco das Neves. Alegórica república – a nova forma de governo sob o prisma da caricatura: um estudo de caso. *Revista Comunicação & Política*, Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, v. 9, n. 3, p. 227-244, set.-dez. 2002.

ao ideário dos liberais. Um dos elementos que melhor traduz a posição liberal do semanário foi o entusiasmo de suas páginas para com o líder político Gaspar da Silveira Martins, manifestado em diversos momentos. Dessa forma, a ligação entre o jornal e o líder liberal permaneceu incólume, apesar das constantes transformações políticas por que passou o país. De acordo com essas convicções, o *Bisturi* adotou uma postura abertamente anticastilhista, em que considerava tirânicas as atitudes de Júlio de Castilhos e que estas estariam levando o Rio Grande do Sul à destruição. O jornal não poupava duras críticas ao governante gaúcho, declarando que, na capital do Estado, o chefe supremo, qual marinheiro inábil, navegando em um batel apodrecido, nos mares de um oceano encapelado, tendo por piloto um estúpido, ignorante e mau, e por velas as folhas da “gloriosa Constituição”, andava desorientadamente, entregue aos caprichos bestiais do homem do governo, que parecia desejoso em reduzir a mísera “nau do estado” a fragmentos imprestáveis. Concluía com a exclamação: Triste condição a nossa! (8/11/1891).

Com a deflagração da Revolução Federalista, Júlio de Castilhos passou a ser alvo de críticas ainda mais ferrenhas através de artigos e arrojadadas caricaturas, que se estendiam ao Presidente da República, Floriano Peixoto, tendo em vista o apoio deste às forças governistas no sul. Desse modo, o periódico denunciava que o Estado era vítima de tirania escandalosa amparada por um governo central mais tirano e, portanto, solidário de todos os atropelos, de todos os desmandos, de todas as infâmias, de todos os abusos inqualificáveis que, segundo o jornal, eram cometidos no

Rio Grande do Sul (4/6/1893). Ao mesmo tempo em que atacava Castilhos, o *Bisturi* enaltecia as lideranças federalistas. Assim, o semanário considerava que a Revolução de 1893 era uma brilhante realidade, que levaria o país à “verdadeira república”, uma vez que o exército libertador engrossava as suas fileiras dia a dia, surgindo de todos os recantos do Estado grupos de patriotas dispostos a afrontar impávidos e sobranceiros a resumida horda de selvagens que enxovalhavam os brios dos gaúchos. Dizia ainda o periódico que, de toda parte, os brados de indignação levantavam-se em frêmitos indomáveis, em um quadro em que os brios rio-grandenses despeitavam para derrogar o castelo do despotismo representado na pessoa do trêfego bacharel Júlio de Castilhos. Concluía a folha apostando no triunfo da liberdade e com ela o triunfo da verdadeira república honesta, libérrima e democrática, a qual viria a ser uma realidade no Brasil (12/mar./1893).

Dessa maneira, o *Bisturi*, apesar de todo o controle autoritário exercido sobre o Estado, conseguiu manter suas posições, mesclando ironia, convicção partidária e humor para satirizar os detentores do poder, em textos e caricaturas que, ao longo do período entre 1889 e 1893, levaram suas posições do entusiasmo à decepção. Para o periódico, os novos governantes não encaminhavam o país para a “verdadeira república”; estava a pátria agonizante e miseravelmente entregue a meia dúzia de homens sem talento, patriotismo e honestidade (7/fev./1892), considerando-os, enfim, como os falsos devotos da República (10/abr./1892).

De acordo com esses princípios, o periódico continuou a expressar suas opiniões durante o ano de 1893, apesar de um controle próximo das autoridades

locais, sempre denunciado pela folha. Porém, o cerco apertava, até que, em julho daquele ano, Thádeo Amorim foi preso, ficando interrompida a circulação do jornal por alguns dias. Mesmo assim, o *Bisturi* voltou a ser publicado, divulgando suas ideias e convicções. Isso, no entanto, durou somente até o Decreto 1565, de 13 de outubro de 1893, que impôs restrições praticamente totais à liberdade de imprensa¹⁸. Essa última determinação do Governo Federal seria o divisor de águas para as práticas do *Bisturi*, pois, diante da nova legislação e das constantes ameaças, a abordagem das questões políticas foi abandonada, passando o jornal a dedicar-se quase exclusivamente, no último trimestre de 1893, à literatura, às atividades artísticas da cidade e até às crendices populares.

Assim, ao longo de mais de cinco anos, o *Bisturi* dedicou suas páginas ao debate partidário e político, defendendo as ideias e práticas dos liberais gasparistas. Como folha oposicionista, atacou o gabinete conservador em seus últimos anos de existência, e como publicação situacionista, buscou dar apoio ao governo liberal, durante o último ministério imperial. Com a mudança na forma de governo, nos primeiros meses o jornal dedicou-se a abraçar a causa republicana, porém logo viria a decepção ante o autoritarismo dos novos governantes e o semanário romperia com eles, colocando-se na oposição, em luta pela “verdadeira república”. Assumia, desse modo, a missão de combater

¹⁸ ALVES, Francisco das Neves. Legislação de imprensa no Brasil (1823-1923): um contraponto entre a Monarquia e a República. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, n. 15, p. 37-55, 1998.

os governos “tirânicos”, “ditatoriais” e “despóticos”, como se referia às práticas governativas de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, no âmbito federal, e Júlio de Castilhos, no estadual. Anticastilhista ferrenho, o hebdomadário rio-grandino sustentou essa posição até quando lhe foi possível, assumindo uma postura não só oposicionista, mas também de resistência ao castilhismo e em defesa dos federalistas e da Revolução. Nesse quadro, mesmo tendo de silenciar seus pronunciamentos políticos, já nos estertores de sua existência, o periódico manteve, durante o tempo em que circulou regularmente, uma coerência discursiva quanto a suas convicções político-partidárias. Com a retirada da seiva editorial do *Bisturi*, a sua sobrevivência como folha de circulação regular não seria longa, permanecendo até 1893, embora ainda viesse a aparecer em alguns anos seguintes, mas de forma extremamente irregular, esporádica e escassa.

Uma análise mais açada a respeito das formações discursivas¹⁹ entabuladas pelo *Bisturi* poderia levar a certa confusão interpretativa, tendo em vista a sua mudança de um adesismo republicano até a colocação em postura abertamente oposicionista aos novos governantes. A chave para essa bipolarização de adesão a oposição está demarcada na clara distinção quanto à proposta de república a que o jornal aderiu e às modalidades pelas quais os detentores do poder implementaram a nova forma de governo, que resultariam em decepção, reação e antagonismo da parte do hebdomadário.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 43 e 66.

Essas interpretações realizadas a partir de leituras não tão profundas das linhas e entrelinhas do semanário acabariam por levar a conclusões pouco exatas, como a de Athos Damasceno Ferreira ao considerar que a postura adversária do *Bisturi* para com os governantes republicanos devia-se apenas à crítica pela crítica²⁰. Dessa forma, Damasceno Ferreira atribui ao jornal uma mudança de posição diante da República, mas, em verdade, um estudo do periódico como um todo, ao longo de sua existência, e de suas relações com a conjuntura partidária do momento, permite afirmar que o jornal manteve uma coerência histórica com a postura liberal-gasparista, demarcada desde a sua criação. Nesse caso, as duas maneiras distintas de encarar a nova forma de governo – adesão e oposição – não se prenderam ao estilo da crítica pela crítica, ou de oposição permanente e automática à ordem estabelecida, como o autor tenta deixar transparecer, e sim, ao fato de que o

²⁰ Nesse sentido, a respeito do *Bisturi*, o citado autor afirma: Ao tempo da Coroa propendia para o Barrete Frégio. E, instaurado o novo regime, recebe-o de braços abertos. Transcorridos, porém, alguns meses do advento republicano, fecha a cara para a situação criada, de cujo ventre vê nascer uma geração de pulhas incapazes de dar ao Estado a fecunda forma de governo que todos esperavam. De modo que o redator transfere os badulaques para o setor dos *descontentes*, colocando suas armas a serviço de Gaspar da Silveira Martins. Teria feito precisamente o contrário, isto é, teria oferecido seus préstimos ao presidencialista Júlio de Castilhos, se este, e não o fogueiro timoneiro do extinto Partido Liberal, se encontrasse na oposição. FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata no Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 190-191.

hebdomadário caricato passou a entrar em desacordo com as estratégias adotadas para promover a consolidação republicana²¹.

Ainda que um típico representante da pequena imprensa, vinculado a um norte editorial e a uma formação discursiva de natureza paradoxal, marcados por crítica, ironia e bom-humor, o *Bisturi*, dentro de seus limites, chegou a conseguir granjear considerável público leitor e certa aceitação no seio da sociedade rio-grandina, chegando a ser considerado como um interessante periódico ilustrado que, dia a dia, cada vez ia se tornando mais digno das simpatias e do favor do público²². Essa boa receptividade ao semanário caricato fica bem demarcada a partir de sua razoável durabilidade, ainda mais quando enquadrado no contexto da pequena imprensa. Nesse sentido, pode-se estabelecer a ilação de que o adesismo republicano transformado em oposicionismo aos chefes republicanos foi compreendido, ao menos em parte, pelo público leitor do *Bisturi*.

²¹ ALVES, Francisco das Neves. O *Bisturi*: imprensa oposicionista na cidade do Rio Grande (1888-1893). In: ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 56.

²² ARTISTA. Rio Grande, 26 out. 1891, p. 2. Os elogios do jornal *Artista* ao *Bisturi* poderiam ser atribuídos a certa aproximação partidária entre ambos, entretanto esses elogios passariam a ser significativos se levada em conta a forma de tratamento dos representantes do jornalismo diário em relação à pequena imprensa, como foi o caso das críticas desse mesmo *Artista* ao *Maruí*, outra folha caricata de responsabilidade do mesmo redator e proprietário do *Bisturi*.

Uma outra interpretação que poderia ser atribuída à conduta do *Bisturi* seria a da prática de um sebastianismo, ou seja, a imputação à folha de um caráter restaurador, desejando o retorno da forma de governo decaída²³. Nesse sentido, o semanário fez várias alusões aos tempos monárquicos, demonstrando certo saudosismo, mas muito mais relacionado a certos elementos constitutivos da época do Império do que realmente uma inspiração restauradora. O grande mote do *Bisturi* para relembrar a situação vigente durante a Monarquia eram as amplas possibilidades de exercício dos direitos individuais, mormente no transcorrer do II Reinado, um dos momentos de maiores garantias aos “direitos das gentes” da formação histórica brasileira. Nesse quadro, um dos maiores questionamentos da folha caricata concernia ao fato de que à época monárquica vigorava uma incontestada liberdade de expressão, característica que não perdurou nos primeiros anos da República – muito pelo contrário, constituiu este um dos períodos mais obscuros e autoritários da história da liberdade de imprensa no país. Essa liberdade era a seiva editorial do *Bisturi* e o seu redator sentiu na pele o cerceamento à livre expressão, chegando a ser perseguido e preso. Esse era um dos mais significativos fatores para que o jornal criticasse as

²³ Sobre os resquícios monarquistas no país, ver: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

lideranças republicanas e manifestasse saudade dos tempos do Império²⁴.

Dessa forma, o saudosismo do *Bisturi* para com certos aspectos da época monárquica seria amplamente manifestado através da lembrança da família imperial, notadamente de dois de seus membros, o Imperador Pedro II e a Princesa Isabel. As referências à casa reinante no Brasil antes de 1889 se fizeram por ocasião de datas específicas, buscando o jornal demarcar “páginas de honra” alusivas a alguma efeméride. Uma destas datas celebradas era o 13 de Maio, uma das que mais granjeava popularidade à família imperial, e, por ocasião de mais um aniversário da Lei Áurea, o *hebdomadário* publicava alegoria em que a representação da Princesa Isabel concedia a emancipação a um escravo, em uma visão da abolição bem peculiar àquela época, em que o ato era simbolizado pelo rompimento dos grilhões e pela ave que se liberta da gaiola, ao passo que o escravo aparecia em posição inferior, ajoelhado e em verdadeira louvação à filha do Imperador²⁵, sobre a legenda: Viva o Brasil! Viva a liberdade! (14/maio/1893). Fica subentendido que o periódico enaltecia a liberdade dos escravos, mas,

²⁴ ALVES, Francisco das Neves. *Por uma imprensa livre: a luta dos jornais rio-grandinos contra o cerceamento à liberdade de expressão*. Rio Grande: FURG, 2004. p. 37-118.

²⁵ ALVES, Francisco das Neves. O ideal abolicionista através da imprensa: estudo de caso e uma inserção em um “modelo” latino-americano. In: MOREIRA, E. D. M. (coord.). *Aspectos da escravidão na América Espanhola*. Porto Alegre: Associação dos Pós- Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1995. p. 101.

indiretamente, fazia alusão à necessidade de liberdade naqueles ásperos e autoritários tempos da nova forma de governo.



A Princesa Isabel seria também lembrada pelo *Bisturi* por ocasião de seu aniversário natalício. No desenho, aparecia, pairando no céu, a efígie da princesa, sobre o sol em alvorecer que marcava a data de 29 de julho. No chão, em meio à exuberante natureza brasileira, um indígena, tradicional representação do país e de seu povo, oferecia à princesa um buquê de flores (31/jul./1892). A legenda naquela página de honra era também de exaltação: Homenagem do *Bisturi* ao faustoso aniversário natalício da nobilíssima Princesa D. Isabel. Já o Imperador também era lembrado com saudade pelo jornal rio-grandino, notadamente por ocasião de sua morte. Desse modo, o *Bisturi* (6/dez./1891) publicou em sua primeira página uma alegoria a Pedro II, na qual aparecia paisagem com o féretro e um indígena que, mais uma vez simbolizando os brasileiros, cabisbaixo e pensativo, velava a imagem do ex-governante brasileiro²⁶. A legenda da página de

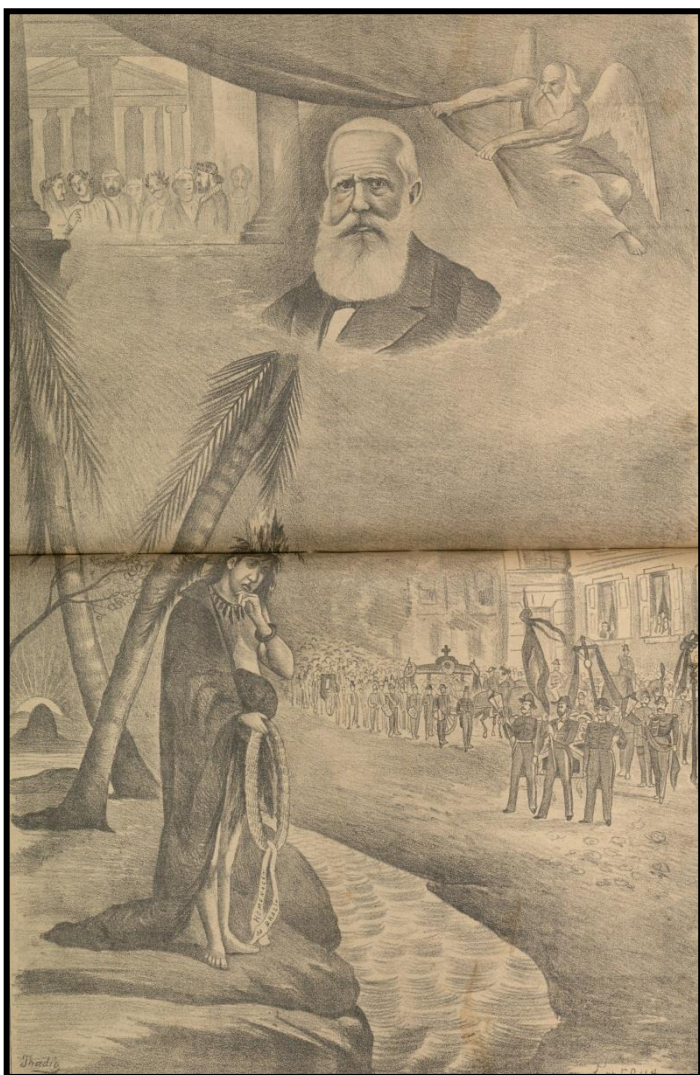
²⁶ A respeito da alegoria fúnebre publicada no *Bisturi*, o periódico diário rio-grandino *Artista* publicaria o seguinte comentário: Foi distribuído o semanário ilustrado *Bisturi* que se publica nesta cidade. Impresso em excelente papel, a sua página de honra consagra uma inspirada homenagem de saudade à memória do Sr. D. Pedro de Alcântara, ex-Imperador do Brasil. A alegoria imaginosa acha-se assim concebida: No alto do quadro destaca-se em meio vulto o retrato do venerando cidadão, trabalho correto e fiel que o reproduziu tal como o apresentam as últimas fotografias. A figura do tempo, colocada sobre a parte superior e ao lado, suspende uma cortina, apresentando o finado perante o panteão da posteridade. Na parte superior e no primeiro plano, ereto, próximo a uma palmeira, vê-se um índio representando a pátria, segurando na destra uma coroa com a

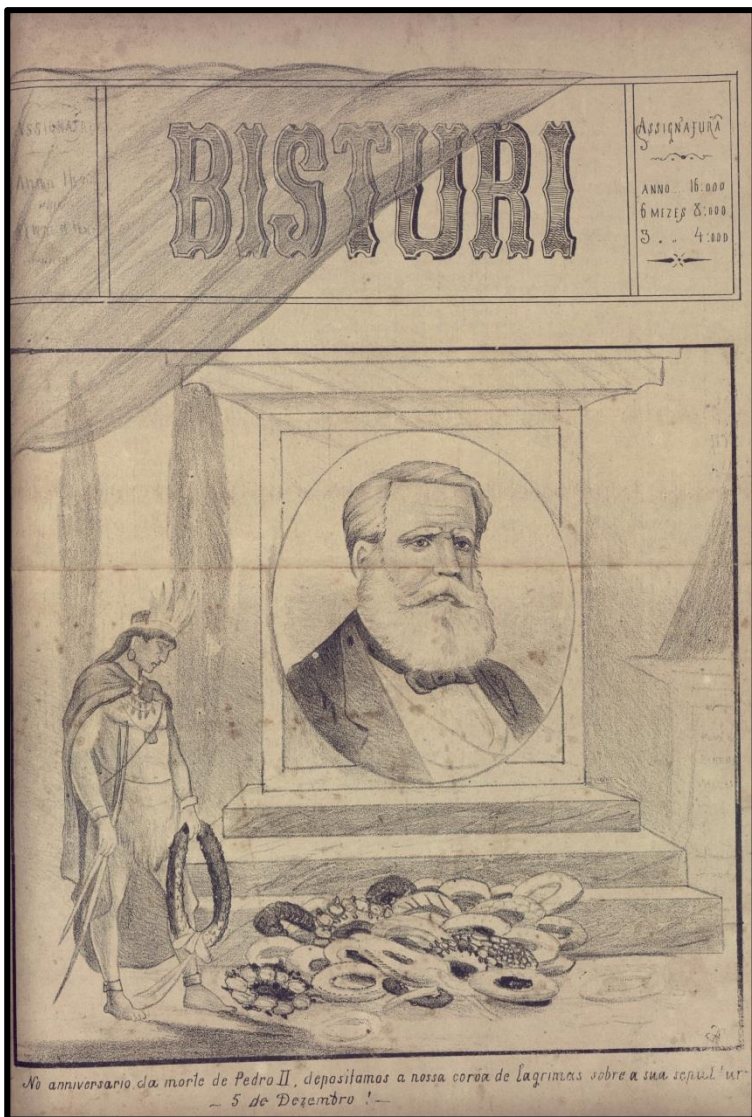
honra era cheia de comoção: Homenagem de luto e dor prestada pelo *Bisturi* ao grande Pedro de Alcântara, ao amigo da humanidade a bondade e a força, a glória da nossa pátria e do nosso século!. Na edição de um ano depois (3/dez./1893), o caricato rio-grandino prestava mais uma homenagem ao Imperador, novamente por meio da figura do indígena, que, outra vez triste e pensativo, em veneração, depositava coroa diante do retrato do ex-governante brasileiro, aparecendo por legenda: No aniversário da morte de Pedro II, depositamos a nossa coroa de lágrimas sobre a sua sepultura.

seguinte inscrição – Homenagem do Brasil. O segundo plano apresenta os funerais realizados em França, seguindo o féretro ornado de coroas, precedido de grande cortejo de povo. É como se vê uma ideia delicada, bem concebida, a homenagem prestada pelo *Bisturi* à memória do ilustre brasileiro a quem a pátria ainda rende neste momento o tributo de respeito e apreço de que o tornaram credor as suas altas virtudes e o seu incontestável patriotismo. Ao público recomendamos o último número do *Bisturi*. ARTISTA. Rio Grande, 16.dez.1891. p. 2.



TRÊS ENSAIOS ACERCA DO PERIODISMO GAÚCHO





Essas manifestações do *Bisturi*, a um olhar desavisado ou a um pesquisador iniciante, poderiam parecer claro sinal de sebastianismo, de modo que a folha caricata estaria a marchar ao lado de outras publicações como o jornal rio-grandino *Actualidade*, que propugnava a restauração monárquica. Entretanto, essas inserções estão bem localizadas no conjunto da formação discursiva do periódico, cujo posicionamento político-partidário voltado ao liberalismo-gasparista e em oposição ao deodorismo, ao florianismo e, principalmente, ao castilhismo, já estava bem plasmado, de modo que elas acabavam por traduzir um saudosismo em relação a fatores considerados positivos no “regime monárquico”, mormente os direitos individuais e, entre eles, a ampla liberdade de expressão.

Para os detentores do poder, que tanto perseguiram as folhas independentes e oposicionistas, aquele era mais um motivo para vigiar de perto o redator do *Bisturi*, uma vez que pretendiam eliminar todos os resquícios que lembrassem os tempos imperiais, em nome da afirmação de um espírito republicano, mesmo que essa consolidação se desse à força e de maneira extremamente impopular, imposta de cima para baixo. Além disso, os governantes julgavam-se como os únicos autenticamente abalizados para defender a causa republicana, de modo que qualquer manifestação contra suas ações passava a contar com a pecha de sebastianista. Na contramão da intenção desses poderosos, o hebdomadário rio-grandino contribuía para manter viva entre os leitores a memória da família imperial e das características positivas do II Reinado. Seguindo tal seara, o *Bisturi* dava mais uma prova da coragem de seu norte editorial, enfrentando, ao menos

enquanto pôde, a perseguição e a opressão governamental, portanto constituiu uma das poucas folhas gaúchas que, diante do autoritarismo, colocou-se em aberta postura de oposição e resistência²⁷.

²⁷ Publicado originalmente em: *Biblos*. Rio Grande: Editora da FURG, 2008, v. 22, n. 1, p. 183-197.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt
**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025

